UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

NATÁLIA PERONICO

O PERFIL DAS CANDIDATAS E ELEITAS À NÍVEL FEDERAL EM 2014 E 2018.

Brasília,
2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

NATÁLIA PERONICO

O PERFIL DAS CANDIDATAS E ELEITAS À NÍVEL FEDERAL EM 2014 E 2018.

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito à obtenção do título de bacharel em Ciência Política.

Orientador: Professor Dr. Luis Felipe Miguel
Avaliador: Professora Dra. Danusa Marques.

Brasília,
2021.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses anos na UnB, houve muitos caminhos que percorri e muitas pessoas a quem serei eternamente grata. Todos os momentos que vivi desde o segundo semestre de 2015 até aqui são a união entre jornadas que decidi travar comigo mesma e com outras pessoas. Sou muito agradecida por todas as mãos que seguraram as minhas, mesmo que já não façam parte do ciclo que encerro agora. Por todos os encontros, desencontros, conversas, conselhos, lágrimas e principalmente, por todo aprendizado - que vai muito além de qualquer sala de aula. Cada momento desses anos, entre conquistas, altos e baixos vieram acompanhados de memórias que nunca conseguirei esquecer, bem como pessoas as quais nunca poderei agradecer o suficiente.

À Universidade de Brasília, o meu muito obrigada por todas as oportunidades que me foram dadas assim que consegui ingressar nesse sonho que é a UnB. Como segunda neta a entrar numa universidade pública, pude sentir o gostinho da alegria e orgulho da minha família quando o meu nome estava na lista de novos calouros. Todos os projetos que embarquei, todos os simpósios, todos os protestos e manifestações as quais me fiz presente foram essenciais para que eu chegasse até aqui como a pessoa que sou hoje, com uma consciência do meu lugar no mundo e como posso sempre querer mais independente de onde vim ou para onde vou. Existem pequenos momentos, como atravessar do BSA Sul, todo o ICC até chegar nos pavilhões em menos de dez minutos para não perder a chamada que são essenciais para a construção do caráter de alguém.

Nunca vou esquecer do orgulho da minha mãe, Helena Peronico - uma das maiores apoiadoras dos meus sonhos e meu maior exemplo de vida -, quando passei no vestibular, nem da força que ela me deu durante todos esses anos. Obrigada por acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditava mais. Assim como meus tios e minha avó que me ajudaram a percorrer todo esse trajeto e o meu avô, isso aqui também é para o senhor. Meu muito obrigada também, à Dra. Graziele Machado, minha psicóloga, por todo o apoio e por me fazer voltar a acreditar que conseguiria.

Nada seria o mesmo para mim, na UnB, sem a existência daqueles que me deram todo o apoio do mundo. São vocês que compartilharam comigo todo o suor e lágrimas desse período. Um agradecimento especial para Miriam de Castro e Raíssa Mendes, sem vocês eu não teria forças para chegar a lugar nenhum. Fosse tomando um café, passando horas no bar ou encorajando-se mutuamente a não desistir de trabalho nenhum - ou de viver (esse é bem

importante). Bruna Alves e Thawany Gomes, obrigada por deixarem eu adotar vocês e me adotarem de volta. Hannah Parnes, você foi muito importante nesse caminho também.

Minha graduação não teria chegado a lugar nenhum sem o que encontrei no Demodê. Ao Carlos Machado que me abriu esse caminho e acreditou em mim - e por incrível que pareça, ainda acredita - e à Danusa Marques que foi muito mais do que eu poderia pedir, como professora, como amiga e motivadora, só tenho que agradecer. Vocês abriram não só as portas da pesquisa pra mim, mas como a da casa de vocês, me abraçaram, em um acolhimento que nunca pensei que teria. Eu sabia que nunca estaria sozinha enquanto pudesse contar com vocês. Thiago Trindade, você é o maioral e sabe disso, todo mundo se sente querido quando você está por perto. Pode contar comigo sempre para atualizar sobre fofocas de famosos - mesmo que às vezes você fique sabendo primeiro. Minhas parceiras de estágio, mulheres incríveis que não consigo pôr em palavras Ludmila Andrade e Maíres Barbosa, foi um privilégio seguir o legado de vocês como estagiária do Demodê, aprendi muito mais do que sobre trabalho nos nossos dias juntas, foi uma honra. Michel, você sempre será um confidente, meu cara de sério favorito.

Luis Felipe Miguel, meu orientador e muito mais que isso - um amigo. Muito, muito, muito obrigada. Pela paciência, por me acalmar, incentivar e continuar acreditando que eu era capaz. Sei que parecia que nunca ia acontecer, mas estou aqui tendo o espaço para te agradecer por tudo, principalmente pela confiança. Temos muito mais em comum do que gostar de *Clueless.* E hoje concordo com você sobre as Kardashians.

Aos meus amigos, espero um dia poder retribuir tudo que fizeram por mim. Nesses últimos anos, vivi como numa montanha russa e vocês sempre estiveram lá para passar pelos pontos mais altos, baixos, assustadores e exultantes comigo. Bruna Fontes, muito obrigada por todas as conversas de encorajamento da madrugada. Minhas "*Love me right"* e "*Influencers*" obrigada pela força todo esse tempo. Victória Rocha, você foi tão importante nessa trajetória que até por mudanças e decisões cruciais passamos juntas, tenho orgulho de você como você tem de mim. Renata Carvalho Bernardes, eu não tenho a menor ideia do que te dizer além de que te amo muito e que não estaria escrevendo isso se você não estivesse do meu lado - te encontrar no meio desse caminho foi a melhor coisa que já me aconteceu. Obrigada.

Acredito muito na educação e sei que se estou aqui foi porque investiram em mim. Espero que a democratização do ensino seja prioridade nos anos que se sigam, assim como espero que outras pessoas sejam preenchidas pela alegria de estar em lugar como a UnB e saber que estão no caminho certo - mesmo que pareça confuso às vezes. Estarei sempre pronta para lutar por isso, pois foi uma das maiores coisas que aprendi na Ciência Política: mesmo que

tentem apagar a participação e persistência da luta de um povo, sempre estaremos presentes resistindo, nada é nos dado de graça. É tudo com força e luta.

RESUMO

Por meio do debate sobre ambição, campo político e participação de mulheres dentro da política brasileira, este trabalho tem como objetivo analisar e verificar se houve algum crescimento no número de mulheres eleitas, ou alguma alteração no padrão dos perfis dessas, devido à mudança de espectro ideológico entre as eleições de 2014 e 2018. A ambição política é a construção da carreira política de forma progressiva, estática ou discreta. Almejar entrar no campo político não é o suficiente, é preciso planejamento de carreira, assim como análise de competição dentro dos cargos. Destaca-se a maneira como a ambição política das mulheres acaba por ser inferior às dos homens, uma vez que estão vinculadas a um sistema de dominação masculina – o patriarcado. Nesse sentido, este trabalho também faz uma recapitulação do direito ao voto das mulheres brasileiras, assim como apresenta dados de candidaturas femininas das eleições de 2014 e 2018, os números sobre quantas mulheres se candidataram, dados sobre reeleição, estado civil, raça declarada entre aquelas que se candidataram, escolaridade e ocupação profissional. Faz-se também um apanhado do cenário político entre os dois pleitos, e apresenta-se os partidos das eleitas e a dinâmica ideológica desses, procurando entender se houve conformidade ao cenário político de ambas as eleições.

Palavras-chave: Democracia; Representação política; Representação feminina; Carreira Política; Campo Político; Barreiras de Inclusão.

ABSTRACT

By debating about ambition, political fields and women's participation in Brazilian politics, this essay aims to analyze and verify if there's any growth in the number of women elected or any alteration in their profile pattern, due to the change in the ideological spectrum between the 2014 and 2018 elections. Political ambition is the construction of a political career in a progressive, static or discreet manner. It is not enough just to aim to enter the political field, it demands a career plan as well as an analysis of the competition amongst public positions. It is worth highlighting that women's political ambition turns out to be inferior to men's, as a consequence of being part of a male dominating system – the patriarchy. In this regard, this essay also slightly recapitulates Brazilian women's rights to vote and presents data on female candidacy in the 2014 and 2018 elections – like the numbers on how many women applied, on reelection, marital status, race amongst candidates, their education level and professional occupation. This essay also makes an overview of the political scene between both pleads, and presents the parties of the women elected as well as their ideological dynamics, endeavoring to understand if their winning have any accordance to the political scene in both elections.

Keywords: Democracy; Political Representation; Female Representation; Political Career; Political Field; Inclusion Barriers.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS 8
LISTA DE TABELA 9
INTRODUÇÃO 10
METODOLOGIA 13
CAPÍTULO 1 - A AMBIÇÃO POLÍTICA E O CAMPO POLÍTICO. 15
CAPÍTULO 2 - AS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA 20
2.1 - BARREIRAS PARA A INCLUSÃO DE MULHERES NO CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO E O CAPITAL FAMILIAR. 23
CAPÍTULO 3 - AS ELEITAS DE 2014 E 2018. 28
CONCLUSÕES 43
REFERÊNCIAS 47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Mulheres Candidatas a Deputada Federal (2014/2018) 30
Gráfico 2 - Reeleição de Candidatas a Deputada Federal (2014/2018).....31
Gráfico 3 - Estado Civil das Candidatas a Deputada Federal, sem #Nulo e Suplentes (2014-2018). 33
Gráfico 4 - Estado Civil das Eleitas a Deputada Federal, sem #Nulo e Suplentes 33
Gráfico 5 - Raça Declarada pelas Candidatas, sem #Nulo e Suplentes (2014/2018). 35
Gráfico 6 - Raça Declarada pelas Eleitas sem #Nulo e Suplentes (2014/2018). 35
Gráfico 7 - Grau de Escolaridade das Candidatas a Deputada Federal, sem #Nulo e Suplentes. (2014-2018).....37
Gráfico 8 - Grau de Escolaridade das Eleitas a Deputada Federal, sem #Nulo e Suplentes. (2014-2018).....37

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Principais alterações legais relativas à extensão de voto para mulheres (1824-1965). 23
Tabela 2 - Tabela 2 - Comparativo da ocupação profissional das Deputadas Federais eleitas. 39
Tabela 3 - Candidatas Eleitas por Partido (2014/2018). 41

INTRODUÇÃO

Muito além da participação das mulheres no espectro político, é importante notar como se dá a construção da carreira dessas dentro de tais cargos. O fato de que algumas mulheres terem chegado ao poder não é o suficiente para afirmar que há representação do gênero na política: quando se trata do Brasil, nas eleições de 2018, a presença de mulheres na casa legislativa não saiu da casa dos 15%, sendo que a população feminina passa dos cinquenta por cento no país – ou seja, está longe de qualquer paridade (IBGE, 2021). Ademais, cabe observar quem são essas mulheres e quais as características que possuem para alcançar tal posição, quais foram suas motivações, além das possibilidades de ascensão e até mesmo os privilégios que as eleitas passam a possuir. Considerando o Brasil, em especial as eleições de 2014 e 2018, este trabalho procura observar o perfil das candidatas e eleitas desses dois pleitos.

A literatura aponta que a escassez da atuação de mulheres na política, bem como em outros espaços de poder, foi vista como natural durante um longo período – tal visão foi fomentada na cultura da maior parte do globo. Dada a construção essencialmente masculina do campo político, era comum que não enxergassem as mulheres como seres políticos, mesmo com a garantia de direitos, após a conquista do sufrágio universal. A principal razão para tal, se dava por características as quais eram consideradas intrínsecas às mulheres, como o desinteresse pelos tratos públicos, preferência pela vida doméstica e uma enorme crença de inferioridade intelectual e racionalidade ínfimas dessas – por vezes, nem sendo consideradas realmente indivíduos com capacidade própria.

Contudo, não se ressaltava que a educação e o estímulo à liderança e à vida pública sempre foi dada aos homens, enquanto as mulheres, como explicitam Pateman (2013) e Lawless (2012), eram e prosseguem sendo tratadas como seres do âmbito privado, ou seja, os homens são aqueles que tomam as decisões da vida pública, de trato impessoal, e não seriam influenciados pelo âmbito familiar, regidos por parâmetros universais, enquanto se entendia as mulheres como seres emocionais, incapazes de um raciocínio lógico - dessa forma, não haveria a mínima paridade de voz no mundo público.

Embora não fossem passivas às concepções pré-determinada que lhes era atribuída no mundo público, contando com uma intensa trajetória de lutas em prol de direitos políticos, principalmente no século XIX, mesmo hoje, no ano de 2021, a representação feminina em parlamentos ainda se mostra muito baixa, não apenas no Brasil, mas também em outros países.

Segundo MIGUEL e FEITOSA (2009) um dos grandes motivos para a continuidade de tal condição é a falta daquilo que é tão necessário para investir em qualquer atividade: *tempo livre*. As mulheres ainda são as maiores responsáveis pelo trabalho doméstico e, além disso, de todo o cuidado familiar – desembocando em jornadas duplas ou até triplas de trabalho.

Com o recente reconhecimento que a falta de representação feminina fere o princípio de maior autoconhecimento na democracia, a inclusão dessas – assim como outros grupos subalternos – se fez presente em políticas afirmativas, como as cotas. Todavia, não se pode esquecer que estas políticas, apesar de importantes, não são suficientes: é esperado que, com a presença de mulheres dentro do campo político, haja uma extensão da noção de cuidado que elas normalmente aplicam como a proteção aos mais necessitados e frágeis, bem como que não se portem tão competitivamente.

O primeiro capítulo deste trabalho se estrutura pela construção da ambição política e suas características e o além de falar sobre o campo e capital político. Quais são as barreiras que a socialização construída em base da dominação masculina, em uma dicotomia do público e privado, infringiu à construção da ambição política de mulheres e a dificuldade para se colocarem como indivíduos políticos e de serem compelidas ao apego à atributos que se enxergam socialmente como femininos, como cuidado e maternidade. Também conta com as características do campo político e o que é preciso para entrar e manter-se nesse. Dispõe sobre a grande influência familiar para ingresso nesse meio, ainda que não seja exclusiva a essas - uma vez que uma rede de influências, recursos e aprendizados é primordial para entrar no campo político e o capital familiar tem esse poder (MIGUEL, MARQUES, MACHADO, 2015).

O segundo capítulo trabalha com a história das mulheres brasileiras em relação à política, o quanto participaram desde a colônia, lutaram, foram silenciadas, mas nunca desistiram do seu lugar como agentes políticos. Ademais, fala das barreiras para a inclusão das mulheres na política, que indicam que o reconhecimento da igualdade de direitos à participação não afasta o fato de que as mulheres tiveram os direitos políticos concedidos de forma tardia e ainda há dúvidas sobre a capacidade dessas. - e que isso influencia até os dias atuais na participação de mulheres.

No terceiro, há a apresentação de dados extraídos do Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sobre as candidatas e as eleitas à Deputada Federal nas eleições de 2014 e 2018, como é o perfil dessas deputadas e se há mudança significativa na trajetória dessas, tais como: escolaridade, ocupação, raça declarada e estado civil, apresenta, também, informações sobre as reeleitas nos dois pleitos. É abordado como diferencia-se o cenário

político das duas eleições, visto que houve mudanças significativas após o mandato de Dilma Rousseff ser interrompido e o avanço da direita dentro das eleições de 2018.

A análise dos dados do Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são um bom exemplo para demonstrar o impacto da ambição política feminina, assim como a mudança de governo, principalmente a mudança ideológica, que tem um grande peso nas eleições.

Entretanto, em que pese ter ocorrido aumento relevante no número de candidaturas nos últimos anos, não se pode dizer que a representação feminina é elevada ou tampouco que haja igualdade de gênero dentro do legislativo brasileiro. O número de mulheres eleitas, ainda baixos, retratam com clara evidência a existência de barreiras a candidaturas, como: escolaridade, origem familiar e falta de redes de apoio.

Espera-se que os feitos e as mudanças realizadas a partir do trabalho das eleitas tornem evidente a necessidade da paridade política para viabilizar a aplicação dos princípios democráticos e da preocupação com a melhoria das condições e indicadores humanitários do país.

METODOLOGIA

O estudo que se pretende fazer neste trabalho é observar os perfis das candidatas federais de 2014 e 2018, bem como analisar e verificar se houve algum crescimento no número de mulheres que se candidataram para o cargo de Deputadas Federais e dessas as que foram eleitas.

Procura, também observar a existência de alguma alteração no padrão dos perfis dessas mulheres, devido à mudança de espectro ideológico das eleições de 2014 e 2018. Para tanto, selecionou-se: os dados eleitorais do Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desses dois pleitos; dados publicados pelo Departamento Intersindical Assessoria Parlamentar, DIAP, "*Radiografia do novo Congresso: legislatura 2015-2019"* e "*Radiografia do Novo Congresso: Legislatura (2019-2023)"*. E autores responsáveis pelas teorias e ideias de campo político, ambição política, capital político e patriarcado - como Bourdieu, Pateman, Richard L. Fox e Jennifer Lawless (BOURDIEU, 2011), (PATEMAN, 1988) (FOX; LAWLESS, 2012).

Todos os dados do Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estão descritos como "informações brutas das eleições" e contém informações desde as eleições de 1945. Cabe destacar, que as variáveis de raça só foram acrescentadas ao banco de dados a partir de 2014. Esses dados foram coletados dados em sua forma bruta - ou seja, sem nenhuma análise prévia. Originalmente, são uma pasta compactada com arquivos específicos de cada estado da federação, presidenciáveis e um relatório de todos(as) que se candidataram.

É importante salientar, que ao utilizar os dados, há um aviso de que as colunas preenchidas com #NULO#, são aquelas para as quais não existem dados relatados. Segundo a análise desses dados, as candidatas relativas à tal informação são aquelas que estavam inaptas à candidatura, quer seja por pedido indeferido, renúncia, falecimento ou não conhecimento do pedido para informações. Dessa forma, foram selecionadas as variáveis de duas maneiras: de candidatas e de eleitas.

Outro ponto a considerar é que a variável, "suplentes" foi descartada na análise de dados de eleitas, uma vez que essas são consideradas como não-eleitas. Por mais que o cargo exista e tais candidatas possam substituir deputados federais em meio às regras de efetivação de tal cargo, como vacância definitiva da função ou afastamento do titular (PESSANHA; BACKES; 2006). É difícil que tal substituição aconteça realmente, as colocando em uma situação de não-eleitas. Ademais, essas candidatas realmente não são eleitas, mas têm

quantidades de votos equivalentes ao quociente partidário. Uma vez que para ser suplente do cargo de Deputado Federal, fazendo uso da lista partidária dos partidos ou das coligações, se depende dos resultados pós-eleições, dependendo da resultado das urnas, ou seja, dos votos recebidos por cada um dos candidatos (PESSANHA; BACKES; 2006). Ainda que contabilizadas para apresentação geral dos dados das eleições, não há nenhuma distorção nos resultados encontrados ao não se considerar as suplentes como efetivamente eleitas ao analisar candidatas que venceram o pleito.

Os dados foram tratados no software *Microsoft Excel 2010*. Ao longo dos gráficos, se explicita o número de candidatas, o número de reeleitas, características como estado civil e escolaridade das candidatas, assim como a raça declarada e escolaridade dessas, ocupação profissional, além da relação entre o número de eleitas em cada partido, em ambas as eleições.

Os estudos estão centrados no conceito de campo político de Bourdieu (2011), em como este é um fim em si próprio, ou seja, funciona de acordo com as próprias regras e hierarquias, além de ser de difícil ingresso sem uma rede de apoio e conhecimento prévio de como funciona. Também observa como a dominação masculina esteve e está presente em todo contexto político e como influenciou em toda a trajetória ao sufrágio das mulheres, ademais, como ainda está presente nas considerações para a formação da ambição política feminina.

CAPÍTULO 1 - A AMBIÇÃO POLÍTICA E O CAMPO POLÍTICO.

Ainda que a possibilidade formal para a participação de mulheres na política exista desde o século XX, as imposições do sistema de dominação masculino - o patriarcado - tem grande influência, tanto no recrutamento, como na própria construção da ambição política dessas (MIGUEL, BIROLI, 2011).

A tão falada "liberdade civil" não é realmente universal, uma vez que é considerada masculina, ainda que os princípios liberais comportem a ideia de presença política diversificada (MIGUEL, BIROLI, 2010) (PHILLIPS, 1995). Outro ponto a ser destacado é a diferença da dimensão de progressão de carreira das mulheres, bem como à aspiração à reeleição. Ao se pensar e almejar uma carreira política, apenas a aspiração de inserir-se no campo não é o suficiente, há um extenso planejamento tanto para despontar o início dessa, como uma projeção de possibilidade de crescimento. Ademais, há de se considerar se há pretensão de mudança de cargo durante a carreira política, ou ainda, qual é o objetivo da trajetória política em si. Todo este debate relaciona-se com o conceito de ambição política, que é o ponto central da construção de objetivos de carreira neste setor.

A ambição política constrói-se, na maioria dos casos, na perspectiva da reeleição – ou ainda, na estruturação de uma carreira legislativa progressiva. (SAMUELS, 2000, p. 482).
De forma sintética, segundo RHODE (2012). Pode-se dizer que um candidato apresenta três tipos diferentes de ambição, quais sejam: Discreta - quando há uma candidatura, mas não se disputa a reeleição; Estática - é observada quando não há intenção de mudança de cargo, mas mantê-lo pelo maior tempo possível. Progressiva - é atribuída àquela em que o político procura eleger-se para cargos considerados mais atrativos. Nesse contexto, a princípio, percebe-se a tendência de um comportamento de ambição progressiva, pela possibilidade de promover-se a um cargo mais interessante, quando infere-se haver menos riscos, os deputados certamente aceitam fazê-lo. Outro aspecto que chama a atenção são os cargos de maior duração que são mais atrativos do que os mais curtos - pela estabilidade que esses representam. Logo, permanecer em um estado de ambição estática se configura na ideia que os riscos para mudar de cargo são maiores do que permanecer nele (RHODE, 2012). Desse modo, quanto maior é o risco para a candidatura, menor a possibilidade de concorrer.

Os motivos que movem as pessoas são diversos e complexos, e são instigados na influência social e econômica em que se encontram – até mesmo o tipo de sistema político interfere no incentivo à corrida política e o meio de recrutamento partidário (SCHLESINGER,

1966). Outrossim, pode-se instituir toda a carreira para edificar o pertencimento a um partido, sem nenhuma modificação efetiva ou inovadora, ao apenas reproduzir os ideais desse e retroalimentar os aparelhos políticos (BOURDIEU, 2011). Pensando em candidaturas femininas, alguns estudos apontam que a condição de mulher não afeta diretamente a ambição e eleição de mulheres (SCHLESINGER, 1966; LAWLESS, 2012; FOX, LAWLESS, 2012.), em alternativa, outros conseguem demonstrar que a estrutura patriarcal modifica a ambição feminina (MIGUEL; BIROLI, 2011) (MATOS, 2011).

Cabe, também, evidenciar a limitação de acesso ao campo político. De um modo geral, o campo é restrito e específico (BOURDIEU, 2011), o que é uma forma de exclusão de mulheres, devido à estrutura patriarcal da sociedade. Até mesmo o acesso a cargos públicos é escasso, o que diminui a legitimidade da democracia representativa. (NORRIS, 1997). O campo político é explicitamente hierárquico e composto pelas próprias leis, com acesso e poderes simbólicos completamente desiguais. Toda ação dentro do campo político é determinada pela posição que se tem dentro dele, bem como as relações e reputação construídas dentro desse (BOURDIEU, 2011).

Ainda que não seja completamente inflexível, no Brasil a construção da carreira política, geralmente, se dá pela busca de ascensão dentro do espectro político (MIGUEL, 2003). Se pode observar que, ainda que consigam entrar na política, as barreiras estruturais ainda são de grande peso para que mulheres consigam ser eleitas e manterem-se como concorrentes em potencial. A discriminação tanto de gênero quanto de raça permanece a contribuir para a menor permanência delas no cenário político, e mesmo que tenham exigido cada vez mais o lugar de protagonismo dentro da política, mulheres concorrem ao parlamento com menor frequência e em menor número do que os homens (LAWLESS, 2012).

Nesse sentido, há um grande peso quanto à socialização de gênero na construção da ambição política, quando se pensa em papéis tradicionais de gênero, considera-se a "divisão de atividades entre os empregos extrafamiliares públicos exercidos pelos homens e os intrafamiliares privados exercidos pelas mulheres", como citam Fox e Lawless (2012) ao se referirem à obra de Conover e Gray. Nesse contexto, a chamada divisão sexual do trabalho explicita como homens foram estimulados ao mundo público da política e mulheres reclusas ao privado, em outros termos: o lar.

Mesmo nos dias de hoje, a maior explicação para essa falta de representação feminina resulta da socialização de gênero, onde as mulheres são pressionadas a assumir papéis sociais voltados para o cuidado aos vulneráveis, como crianças e idosos, trabalho doméstico e a própria

profissão. Verifica-se também, que mesmo estando em posições de poder, é esperado que mulheres tenham mais equilíbrio entre a vida profissional e familiar do que homens. Diga-se que mesmo dentro de famílias em que mulheres e homens tenham uma carreira equiparável e a mesma possibilidade como potenciais candidatos a cargos legislativos, é mais provável que seja a mulher aquela que realize tarefas domésticas e cuide dos filhos. Nesse sentido, é necessário destacar que a cultura tradicional sobre os papéis de gênero são um agravante para que as mulheres pensem mais antes de cogitar uma candidatura, soma-se a isso o fato que na vida pública precisam se provar muito mais que seus pares do sexo masculino (LAWLESS, 2012).

Homens são criados para ter maior desenvoltura de fala, atitude e confiança do que as mulheres, o que facilita a participação política – por serem formados e incentivados a assumir atividades de liderança. Mesmo em um contexto em que o conhecimento sobre política seja similar, mulheres consideram com menos frequência a candidatar-se a algum cargo no parlamento e quando o fazem, preferem estar em cargos locais à federais, uma vez que esses cargos não demandam uma grande carga de deslocamento para outros estados. Ademais, mulheres têm uma tendência maior a não se enxergarem como qualificadas o suficiente para circular no ambiente político e se candidatarem. Além disso, a ambição feminina encontra o entrave do que seria considerado uma falta de responsabilidade para com a família – por exemplo: viajar com frequência, participar de muitas reuniões que a retiraria do âmbito familiar -, o que não é uma preocupação frequente dos homens já que não são socialmente responsabilizados por aquilo que se considera trabalho doméstico ou de “mãe” -, assim, ao entrar na política, esses procuram uma carreira progressiva – de comunidade à assuntos federais (LAWLESS, 2012).

Mesmo que se percebam mudanças relevantes na presença e agência de mulheres nos parlamentos, não há perspectiva de mudanças progressivas caso não exista uma expansão ampla e efetiva na participação e representação de cidadãs na construção das políticas públicas (MATOS, 2011). Principalmente ao se perceber a herança patriarcal da democracia liberal – a qual reforça a cultura e percepção da mulher como domínio privado e do homem como público (MATOS, 2011) (PRÁ, 2001) (MIGUEL, BIROLI, 2011). Dessa forma, a ambição política feminina tende a ser desestimulada e mesmo quando essa questão é superada, ainda enfrentam problemas decorrentes do próprio campo político como elegibilidade, reconhecimento dos pares, permanência na vida política e a reeleição (MATOS, 2011).

Cabe observar, neste seguimento, que sim, houve e ainda há lideranças femininas por todo o mundo. Pensando de forma global, o Brasil já teve uma presidenta: Dilma Rousseff -

com o primeiro mandato de 2011 a 2014 -, lançou-se com uma campanha que a reelegeu, porém teve o segundo mandato, que deveria ter ocorrido entre 2014 a 2018, interrompido – com o que diversos acadêmicos entendem como um Golpe de Estado (SINGER, et al., 2016). A Argentina teve Cristina Kirchner de 2007 a 2015, Ellen Johnson-Sirleaf da Libéria de 2006 a 2018 e a Alemanha com a primeira-ministra Angela Merkel a qual comanda o governo alemão desde 2005. Contudo, nos três casos, essas foram as únicas mulheres a representar os maiores cargos de seus países - que historicamente foram comandados por homens e, ainda assim, receberam críticas duras direcionadas ao comportamento, a aparência ou ainda afirmações de que foram controladas por outrem. Destarte, ainda que se tenha uma crescente presença feminina dentro do campo político, não significa que dentro desse, a hierarquização e o teor patriarcal e masculino desapareçam.

Assim como na sociedade civil, se reproduzem os estereótipos de papéis de gênero na política. Perdura a situação da mulher como ligada à natureza, ao emocional, ao pessoal, principalmente ao privado e o homem à cultura, ao político, ao êxito, ao universal, ou seja, ao público (PATEMAN, Carole, 2013). Nesse sentido, os direitos individuais não são o suficiente para garantir equidade entre candidatos e candidatas. As expectativas sociais impostas às mulheres como a dependência e sujeição, se aprofundam com a divisão sexual do trabalho (MIGUEL, BIROLI, 2010). Constrói-se o que seriam pautas temáticas para mulheres e homens, (PINHEIRO, 2007) – dessa maneira, as mulheres não podem ser colocadas em um pé de igualdade a esses, uma vez que partem de uma posição de poder diferenciada. Não há como pensar em neutralidade quando se trata de candidaturas de homens e mulheres, posto que mesmo no campo político se espera da mulher menos competitividade e uma maior preponderância das características ditas femininas, com um foco em pautas ligadas à saúde, meio ambiente, ajudar os mais necessitados, uma vez que se entende que são mais confiáveis para tais assuntos.

Nesta perspectiva, a socialização voltada para o cuidado e sensibilidade, bem como a inexperiência política, de certa forma se tornam qualidades já que a política masculina é dada como duvidosa e impessoal. Tais estímulos ideológicos são o ponta pé para mulheres considerarem a candidatura. O âmbito social não seria, nesse sentido, o preferido das mulheres por escolha própria, mas porque é a abertura a qual encontram no campo - o que não acontece com homens, uma vez que circulam por todas as áreas da política com facilidade. Além disso, as mulheres eleitas têm que responder a tais expectativas para com a sua base para tentar garantir a reeleição: dessa forma, ao tentar apresentar novas propostas, essas geralmente estão

ligadas a defender a presença feminina na política institucional (MIGUEL, BIROLI, 2011), (PINHEIRO, 2007).

CAPÍTULO 2 - AS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA

Quando se pauta o Brasil, a presença de mulheres em cargos eletivos é baixa, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Mesmo que Alzira Soriano tenha sido a primeira mulher eleita em 1928, como prefeita municipal, essa teve o mandato interrompido antes da conclusão (FONSECA-SILVA, MC, 2012). Oitenta anos depois, em 2008, também no Rio Grande do Norte, dos candidatos para o cargo somente 9,1% eram mulheres. Em 2002, somente duas mulheres foram governadoras, e, em 2006, somente três mulheres foram eleitas entre os vinte e sete governadores. No Congresso Nacional brasileiro, se observa até 2006 o máximo de 46 eleitas, o que concerne em 9%, e no Senado, até o mesmo ano, o máximo de quatro eleitas – 14,8% (MIGUEL, BIROLI, 2011). Ademais, nas eleições de 2018, se pode perceber o crescimento da candidatura de mulheres, subindo dos 10% conquistados em 2014 a qual contava com 51 deputadas, para 15%, com 77 deputadas, em que 43 das eleitas tomaram posse como deputadas federais pela primeira vez (CÂMARA, 2018).

Contudo, não é possível deixar de destacar a presença das mulheres na esfera política ao longo da história do Brasil. Da Colônia aos tempos atuais, mulheres brasileiras são historicamente submetidas às relações de dominação do patriarcado, não obstante, essas nunca deixaram de batalhar tanto individualmente, quanto coletivamente para não serem cativas ao silêncio imposto a elas (FONSECA-SILVA, 2012). Já na Colônia, havia mulheres que em situações de comando: esposas de donatários das capitanias hereditárias, acabavam por representar o rei, como Ana Pimentel, que comandou a Capitania de São Vicente por mais de uma década, com início em 1534 (FONSECA-SILVA, 2012). Assim como havia mulheres bandeirantes e sertanistas – os quais são ditos exploradores, mas que na realidade contribuíam para o genocídio negro e indígena - no fim do século XVI e início do XVII. Mulheres indígenas que lutavam contra colonos, assim como aquelas que acolhiam outras mulheres durante revoltas e também as que participavam de arranjos de inconfidentes. Da chegada da família real à Proclamação da República, as mulheres estavam fortemente presentes inclusive na produção de textos: Nísia Floresta publicou “Direitos das mulheres e injustiças dos homens”, dando um passo inicial quanto à dicotomia público-privado, em 1832, cem anos antes da possibilidade de mulheres terem possibilidade de voto - não só, quando ainda não eram consideradas cidadãs. (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2019), (FONSECA-SILVA, 2012). Depois que o estudo foi ampliado às mulheres, já no século XIX, ideias sufragistas preencheram o ideário daquelas que receberam educação superior fora do país. Dessa forma,

houve um maior empenho para não só por direitos políticos, mas pelo reconhecimento dessas como iguais - bem como direitos humanos, o que incluía a abolição da escravatura (FONSECA-SILVA, 2012).

Com a Lei Saraiva em 1881 a qual determinava eleições diretas e direito a voto a todos os cidadãos que se encaixassem dentro das determinações da Constituição do Império. Descrita como: *"Art. 2º E' eleitor todo cidadão brazileiro, nos termos dos arts. 6º, 91 e 92 da Constituição do Imperio, que tiver renda liquida annual não inferior a 200$ por bens de raiz, industria, commercio ou emprego.*" (BRASIL, 1881) houve uma brecha: aqueles que possuíam títulos científicos poderiam ser eleitores. Izabel de Souza Matos, em 1885 teve o pedido para o Título de Eleitor atendido, contudo, com a chegada da República, o pedido foi tido como insustentável pelo Ministro Interior (FONSECA-SILVA, 2012).

Já no século XX, as lutas das mulheres pelo sufrágio universal aumentam consideravelmente e desencadeia, na década de vinte, organizações que culminaram na "Federação Brasileira pelo Progresso Feminino", com a liderança de Bertha Maria Lutz - crucial para o êxito do sufrágio feminino. Foi no Rio Grande do Norte de 1927 que a primeira mulher, Celina Guimarães, foi registrada como eleitora a partir de uma emenda da Lei Eleitoral N.° 660, a qual declarava que qualquer cidadão com os requisitos preenchidos poderiam votar e ser votado, sem diferenciação de gênero. Alzira Soriano foi a primeira mulher eleita no país em um cargo do setor executivo, como prefeita em Lajes. Contudo, a Comissão de Poderes do Senado interferiu em seu mandato, assim como anulou os votos das mulheres registradas para votar (FONSECA-SILVA, 2012).

O direito de votar, o qual foi conquistado com a Revolução de 30, não foi garantia para que as mulheres o fizessem. No Código Eleitoral promulgado por Vargas em 1932 a igualdade política era apenas aparente - era presente nos últimos artigos do Código, nas Disposições Gerais, um artigo que possibilitava que as mulheres fossem desobrigadas a votar, assim como homens com mais de sessenta anos. Uma vez que o Código Civil de 1932 ainda garantia o poder dos maridos de permitir ou não, se as esposas votariam - o que só teve alteração no Código Eleitoral de 1965. Nesse sentido, não existia obrigação, a não ser dos homens, deixando a posição de decisão ainda nas mãos dos maridos, considerados chefes de família. Por serem consideradas seres do âmbito domiciliar, as mulheres não eram consideradas capazes de participar da vida pública (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2019) (FONSECA-SILVA, 2012).

Apenas no Código Eleitoral de 1934 foi vista uma alteração, em que o voto feminino ainda era voluntário, todavia, apenas a mulheres sem renda própria. Com tais alterações, Carlota Pereira de Queiroz se tornou a primeira deputada federal eleita e Joanna da Rocha Santos a prefeita de São João dos Patos, no Maranhão (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2019) (FONSECA-SILVA, 2012). Observa-se, durante o período que corresponde à primeira experiência democrática do país, que mesmo com o aumento de eleitores mais da metade da população era desconsiderada para o voto, uma vez que se excluía os pobres e analfabetos - mulheres sequer eram consideradas dentre a categoria de excluídos (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2019). Com o Estado Novo e o fechamento do Congresso por Vargas, o voto feminino só voltou com a redemocratização - e só passou a ser obrigatório em 1946. Foi Conceição da Costa Neves a primeira deputada estadual, em 1947, bem como a primeira a encarregar-se de uma assembleia legislativa (FONSECA-SILVA, 2012).

Com a implementação da Ditadura Militar, no período de 1964 a 1985, houve amplas mudanças no funcionamento do processo eleitoral. O objetivo era contribuir com a manutenção do regime. Dado que o golpe militar foi apoiado por parte da classe média e setores da sociedade civil - como clero, industriais e banqueiros -, desenrolou-se com facilidade alterações no intervalo entre as eleições, bem como o período de extensão dos mandatos e cassação de políticos. O regime contou com alta centralização de poder, ao ponto que declarou-se eleições indiretas para posições de presidente, governadores e prefeitos - incluindo os atos institucionais, culminando no AI 5 (1968) em que o presidente da República passou a possuir tanto poder que podia fechar o Congresso Nacional.

De forma subsequente, diversas outras medidas autoritárias foram tomadas, como em 1969 com a lei de segurança nacional, em 1970 com a implementação da censura, a limitação da propaganda eleitoral e debates políticos em meios de comunicação a partir da Lei Falcão, seguido por “senadores biônicos” e altos níveis de tortura, prisões e repressão e assassinatos. Todavia, a repressão não impediu que organizações combatessem o regime. Muitas mulheres atuavam na luta armada, procurando recuperar a redemocratização do país e igualdade de direitos - se colocavam como seres políticos e conquistaram esse espaço, chegando a ser mais de 18,3% dentro da resistência. Uma delas é Dilma Rousseff, apontada como terrorista na ditadura, que após se tornou a primeira mulher a ser Ministra das Minas e Energia, assim como Chefe da Casa Civil em 2003 e 2005, respectivamente. Como também foi a primeira presidenta do Brasil em 2010 (FONSECA-SILVA, 2012). Ao se pensar na participação feminina após os anos de 2010, ainda se observa a baixa presença de mulheres, quando Dilma Rousseff se candidatou à reeleição houve somente 10% de mulheres eleitas, o que apesar de ter aumentado

nas eleições de 2018, ainda não embarcam 20% de eleitas em um país em que a mais do que 50% da população são mulheres.

No quadro abaixo, disponível na obra de Limongi, Oliveira e Schmitt (2019) expõe de forma prática as principais mudanças nas leis sobre o voto feminino durante a história do Brasil.

Tabela 1-Principais alterações legais relativas à extensão de voto para mulheres (1824-1965).

Data	Lei	Efeitos	Fonte
1824	Constituição Política do Império do Brazil	Proibição do voto feminino. O termo cidadão não abrangia as mulheres, embora o texto não as listasse nas exceções do Art. 94.	Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de Março de 1824)
1891	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	Proibição do voto feminino. O texto constitucional não afirma explicitamente que as mulheres seriam impedidas de votar no Art. 70.	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891)
1932	Código Eleitoral, Decreto No 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, Art. 2º e Art. 121	São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, sem distinção de sexo, segundo o Art. 2, mas o voto feminino é definido como voluntário, por meio do Art. 121.	Decreto nº 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932
1934	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	O voto feminino é mantido como voluntário, por meio da obrigação do alistamento somente para os homens, prevista no Art. 109.	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1934)
1945	Lei Agamenon, Decreto-Lei No 7.586 de 28 de maio de 1945	O voto feminino é voluntário para as mulheres que não exerçam profissão lucrativa, conforme Art. 3º.	Decreto-Lei 7.586, de 28 de Maio de 1945
1946	Constituição dos Estados Unidos do Brasil	O voto feminino é mantido como voluntário para a mulher casada, aquela que não exerce profissão lucrativa, por meio de legislação ordinária, como autorizado pelo Art. 133.	Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de Setembro de 1946)
1950	Código Eleitoral, Lei No 1.164, de 24 de julho de 1950	O voto feminino é voluntário para as mulheres que não exerçam profissão lucrativa, conforme Art. 4º	Lei nº 1.164, de 24 de Julho de 1950
1965	Código Eleitoral, Lei No 4.737, de 15 de julho de 1965	Universalização do voto, por meio do Art. 6º, exigindo que o alistamento e o voto sejam obrigatórios para um e outro sexo.	Lei nº 4.737, de 15 de Julho de 1965

Fonte: LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. (2019).

2.1 - BARREIRAS PARA A INCLUSÃO DE MULHERES NO CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO E O CAPITAL FAMILIAR.

As dificuldades impostas às mulheres para chegar ao campo político vão além da igualdade formal de direito – conquistados ao longo do século XX. A ausência de senso de justiça contribui para a exclusão e silêncio das mulheres, em uma cidadania universal a qual apaga as relações de gênero na sociedade liberal. Ademais, a falta de tempo disponível,

essencial para a vida política, se mostra uma constante para mulheres, uma vez que estão vinculadas a relações de dominação. Da mesma forma, há uma dificuldade de acesso às candidaturas que dependem das estruturas partidárias, bem como do sistema eleitoral - comprova-se que os sistemas proporcionais tendem a facilitar a eleição de mulheres, principalmente se há lista fechada, uma vez que a lista aberta individualiza mais a campanha (MIGUEL, BIROLI, 2011), (ARAÚJO, ALVES, 2007).

Assim, para garantir uma participação maior dessas há países, como o Brasil, que adotam sistemas de cotas os quais costumam demonstrar a fragilidade da presença feminina no campo eleitoral – e que evidenciam a persistência de números escassos, tanto no parlamento quanto nos próprios partidos. O que resulta, por vezes, em candidaturas para preencher a cota interna de partidos – consequentemente, após a aplicação das cotas houve o crescimento expressivo de candidaturas femininas ao cargo de deputada estadual e quanto à eleição de deputadas federais, apesar de ter um resultado menor, entre 2006 e 2010 houve aumento de candidaturas por parte de mulheres (ARAÚJO, ALVES, 2007), (PINHEIRO, 2007) (SACCHET, 2001).

Não obstante, a distribuição de recursos para a campanha é essencial para uma eleição. Uma vez que é a partir do financiamento de campanhas que se montam comitês, se constrói meios de facilitar a comunicação com eleitor e formas de publicidade em que divulgam as propostas e ideias. Ou seja, quanto mais disputado é um cargo, mais difícil é o financiamento. Segundo Sacchet (2011), há uma razão entre a arrecadação de recursos e os votos conquistados. Pensando na candidatura de mulheres, houve em 2006 e 2010 um subfinanciamento das campanhas dessas quando se compara aos homens – tanto em cargos federais e quanto estaduais. As próprias deputadas declaram a Sacchet (2011) que percebem como entram em desvantagem de recursos na corrida eleitoral na fase inicial de campanha, uma vez que não têm recursos próprios de financiamento o que é agravado durante o resto do processo eleitoral (SACCHET; 2011).

Uma pequena solução para a melhora da situação do financiamento no Brasil foi dada pelo TSE, em maio de 2018, para as eleições daquele ano: no mínimo 30% da aplicação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, bem como de tempo de propaganda gratuita em rádio e TV deveria ser para candidaturas femininas. Com maior visibilidade gráfica, há maior possibilidade de tornarem-se uma opção viável entre os eleitores. A resolução entra como uma medida para equiparar a distribuição de recursos com o número de candidaturas, e como há pela Lei nº12.034/2009 uma cota de no mínimo 30% de candidaturas para mulheres, essas

teriam finalmente, um pequeno meio de equiparação para um dos principais recursos necessários para a campanha: o financeiro (CÂMARA, 2018), (CAMPOS, 2019).

Outro fator relevante para a eleição de uma mulher é o tamanho do partido em que se encontra – quanto maior o partido, maior a chance de ser eleita. Com uma concentração maior em partidos de ideologia partidária de esquerda, os quais tendem a comprometer-se com os grupos socialmente excluídos (PINHEIRO, 2007). E, segundo a análise dos quatro maiores partidos brasileiros, feita por Araújo e Alves (2007), o partido com maior chance de eleição e reeleição é o PT, ou seja, tendem a ter maiores chances em partidos dados como espectro de esquerda. Nesse sentido, ainda que superem todas as barreiras à participação e consigam eleger-se, segundo a pesquisa dos autores sobre o ano de 2012, comparadas aos homens, as mulheres têm menores chances de permanecer em próximas legislaturas – a razão de reeleição em 2012 foi maior entre os homens em 26,93 vezes, enquanto as mulheres foram de 16,65 vezes. Confirmado na Câmara dos Deputados em 2006 - com um índice de reeleição total de 54%, e desse número, a reeleição de mulheres foi de somente 39,5% (ARAÚJO, ALVES, 2007).

Para as mulheres, a chance de ser eleita e reeleita crescem após os 35 anos, o que revela uma possível necessidade de acumular mais capital político que os homens, além de ingresso tardio – as mulheres levam mais tempo para construir uma carreira política, o que está muito ligado às estruturas sociais que excluem as mulheres. Como já explicitado, quer seja por padrões de reprodução de comportamento que possibilitam posições mais substanciais no campo, quer seja pela responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado com a família – ou seja, múltiplas jornadas de trabalho (ARAÚJO, ALVES, 2007). (MIGUEL, BIROLI, 2011).

Não se pode deixar de destacar a motivação maior de mulheres para assuntos relacionados à comunidade, ou dentro da política local. Como exposto no Capítulo 1 deste trabalho, a ambição política feminina se encontra prejudicada uma vez que essas não acreditam que possam obter sucesso em tais cargos, ou mesmo crescer depois desses (LAWLESS, 2012). Mulheres se preocupam muito mais em como uma candidatura poderia afetar as responsabilidades familiares (FOX, LAWLESS, 2012). Outro fator, são os próprios partidos – como esses funcionam como uma espécie de filtro para as candidaturas, as mulheres são prejudicadas, uma vez que as cadeiras dentro do parlamento são limitadas, assim essas são muitas vezes utilizadas como meio de preencher as normas de cotas (NORRIS, 2007), (SAMUELS, 2004).

Situação agravada quando se pensa na situação de mulheres não brancas – a sub-representação aumenta ainda mais. Campanhas de pessoas não brancas, de forma geral, recebem 37% menos recursos. E quando se trata de mulheres, recebem 69% menos do que

homens. De acordo com uma pesquisa de heteroclassificação – quando avaliação de fotos dos candidatos são submetidas a outras pessoas (CAMPOS, MACHADO, 2015) - do LAESER, em 2006, havia 46 deputados pretos eleitos e dentre esses 43 homens e apenas 3 mulheres, em um total de 8,9% da casa legislativa (SOUSA, 2009). No Brasil, o partido que tem maior iniciativa no debate racial é o PT, e Benedita da Silva (PT-RJ), é a terceira parlamentar com o maior número de pronunciamentos sobre a pauta, em 21 discursos, nas 49º e 50ª Legislaturas, 8,4 deles falavam da causa preta (SOUSA, 2009).

Como apontado anteriormente, as dificuldades para o ingresso das mulheres na política são vastas – passando pela socialização da política como algo essencialmente masculino, a dificuldade da mulher de conciliar o público e o privado devido às várias jornada de trabalho, as quais não são reconhecidas essencialmente como trabalho, mas uma responsabilidade intrínseca à condição de ser mulher. A maior necessidade de acúmulo de capital político, além das próprias barreiras partidárias e eleitorais (PINHEIRO, 2007).

Todavia, ainda há aqueles que conseguem utilizar de conexões familiares vantajosas para se candidatar ou permanecer dentro do campo político - ainda que seja um meio de concentração de poder e faça perdurar hierarquias, há uma grande ocorrência na política brasileira. O capital político familiar é uma herança que independe de gênero e se apresenta muito maior que somente sobrenomes notáveis nas instituições - é um capital que dá socialização e costume ao ambiente e práticas políticas, além de contatos, financiamento em um mar de privilégios os quais são transmitidos de familiar para familiar. Quando se trata da carreira política, a necessidade de uma rede de apoio leva as mulheres a utilizarem, assim, o capital familiar da tradição política da família.

No Brasil, a tradição política faz parte da cultura política do país e historicamente, produz além de clãs familiares, alianças partidárias. Observou-se, na pesquisa de Miguel e Biroli (2011) que dentre deputadas federais brasileiras, há o uso de 40,8% de capital familiar entre 1987 a 2002 – não que o mesmo não ocorra entre os deputados homens. O fenômeno também pode ser notado nos EUA, com dados desde o século XVIII – 31,2% das congressistas provêm de famílias com tradição política, ou de mulheres que herdaram o distrito do marido quando esse morre, enquanto somente 8,4% dos homens têm a mesma origem no campo político (MIGUEL, BIROLI, 2011).

Ao falar sobre dentro do parlamento, no Brasil, nenhuma mulher participou do Colégio de Líderes antes de 2009 e até 2011, nenhuma mulher havia ocupado um cargo na Mesa Diretora da Câmara. Segundo o relatório do Departamento Intersindical Assessoria Parlamentar, o DIAP, entre “100 cabeças do Congresso Nacional”, de 2009, somente cinco

mulheres o integravam – três senadoras e duas deputadas, ou seja, a presença de mulheres na elite do Congresso é ínfima (MIGUEL, BIROLI, 2011).

Ademais, cabe ressaltar, que as produções legislativas dessas têm uma proporção menor, com projetos de menor proporção. Em 2017, dos 2.979 Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, apenas 500 desses projetos tiveram mulheres como autoras ou autoras principais, ou seja, menos de 20% da produção legislativa do ano de 2017 foi feita por mulheres. Pode-se identificar que não são todos os estados brasileiros que contam com produção legislativa de mulheres – por exemplo, o Amazonas não conta com nenhum Projeto de Lei de mulheres no ano analisado, bem como o Mato Grosso (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017). Por essa perspectiva, se pode constatar que mesmo com a eleição de deputadas, a garantia do destaque das pautas dessas é baixo, ou mesmo a produção legislativa dessas – com menos recurso e capital político, há um menor incentivo para a produção dessas.

CAPÍTULO 3 - AS ELEITAS DE 2014 E 2018.

As duas últimas eleições, 2014 e 2018, foram marcadas por uma grande diferença ideológica. Graças à ascensão que o Partido dos Trabalhadores obteve conseguindo eleger e reeleger Luiz Inácio Lula da Silva que comandou o país pelos anos de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010 - e conseguindo a vitória de Dilma Rousseff logo depois - 2011 a 2013, com uma reeleição em 2014. Contudo, o segundo mandato da presidenta foi interrompido por um golpe em 2016 - visto por outros como impeachment - o que deu espaço para a reorganização da dos diversos grupos da direita brasileira. Lula, como um grande conciliador, conseguia abrir diálogos e evitar conflitos - tática que não funcionou muito bem no governo Dilma, uma vez que tanto a direita, o centro e ala mais conservadora sentiam-se ressentidos por não conseguirem ocupar grandes posições de poder, o que levou ao Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) iniciar uma campanha para um *impeachment*.

Com José Serra, o PSDB já apostava em uma pauta mais moral e conservadora em 2010, com propostas de redução de direitos a minorias, como mulheres e a comunidade LGBTQ+. Em 2014, com Aécio Neves na corrida presidencial, o partido aprofundou a inclinação às pautas mais conservadoras, colocando dúvidas sobre os Direitos Humanos - assunto frágil no Brasil - investindo na redução da maioridade penal, além da recorrente propensão à privatização, não só, conduziram a narrativa que a igualdade era uma pauta inferior (MIGUEL, 2019). Nesse sentido, a ala de direita conservadora enxergou um espaço para o crescimento com a instabilidade do PT e a progressão da narrativa criada pelo PSDB - o que culminou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Por intermédio do avanço tecnológico, a mídia tradicional não conseguiu manter o domínio da narrativa. Dessa forma, aliou-se com a internet: Facebook, Twitter, Youtube e demais redes, bem como com o jornalismo corporativo que visava a saída de um governo de conduta reformistas, ainda que essas fossem moderadas. A ala conservadora conseguiu se erguer, aprendendo a como criar e propagar notícias falsas em alta escala, recriar a idolatria para com o período militar e organizar protestos constantes contra os governos do PT. Apostaram no chamado "antipetismo" e tiveram como principal tática deturpar a visão sobre as políticas públicas e a indispensabilidade dessas ao povo - as restringindo somente a benefícios onerosos - e se agarrando a arranjos sobre a corrupção associados ao partido que já estava há tanto tempo no poder. É importante frisar que foi Rousseff que começou uma intensa corrida contra a corrupção, o que causou a demissão de vários ministros. Os grupos de direita

e a ala conservadora também aproveitaram o encolher do Partido dos Trabalhadores no cenário político - uma vez que perderam muitas prefeituras e municípios após o início da Operação Lava a Jato em 2014. Assim como a interrupção da conexão do PT com a própria base eleitoral - observadas nos protestos de 2013, às "Jornadas de Junho", que foram consideradas essenciais para as estratégias eleitorais de 2014 (MIGUEL, 2019).

Com a reeleição de Dilma, o PSDB persistiu na ideia de que o resultado fora fraudulento - o que reverbera até hoje nas eleições, uma vez que contribuiu para reforçar a narrativa de desconfiança de algumas camadas da sociedade para com a urna eletrônica. O atual presidente da República, Jair Bolsonaro, insiste que as urnas não são confiáveis e prossegue a falar em uma possível eleição com votos impressos, como é feito em vários países, incluindo os Estados Unidos da América a que Bolsonaro se empenha a se assemelhar - ainda que o sistema de votação brasileiro por meio da urna eletrônica seja o maior empreendimento do Tribunal Superior Eleitoral e o símbolo brasileiro de democracia (TSE, 2021) (MIGUEL, 2019). Dessa forma, a deposição de Dilma Rousseff foi um grande impulsionador do avanço do conservadorismo no Brasil e a eleição de Bolsonaro.

Observa-se o crescimento de candidatas eleitas, entre as duas eleições, ainda que o índice de representação feminina ainda seja menor que de 20%. Em busca de entender os desdobramentos dos eventos ocorridos no Brasil entre as eleições de Rousseff e Bolsonaro e se tiveram impacto nas eleições das deputadas federais nos dois pleitos, com dados do Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral, foi analisado um conjunto de características de perfil entre essas nos anos de 2014 e 2018 - como números de candidatas, reeleição, naturalidade, estado civil, raça, escolaridade, partidos, além da ocupação profissional dessas com o propósito de entender se houve grandes mudanças entre as eleitas - e se seguiu a tendência ideológica construídas durante os dois pleitos.

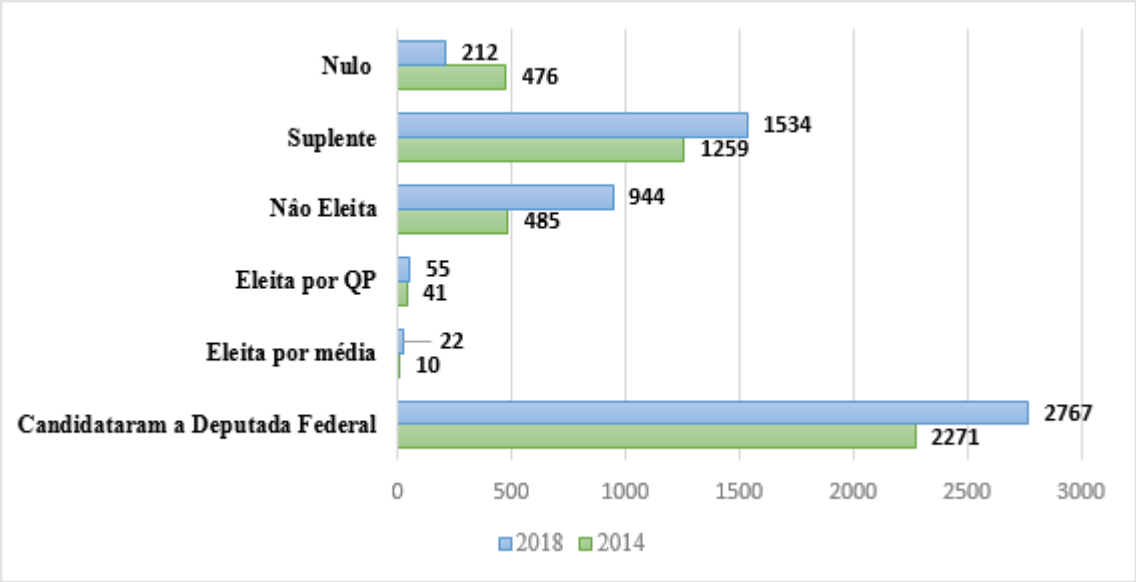
Segundo os dados recolhidos, no ano de 2014, existiu um crescimento no número de mulheres eleitas. Em 2010, foram eleitas 45 mulheres, enquanto em 2014 houve um acréscimo de seis novas deputadas, chegando a 51. Segundo pesquisa do DIAP (2014), houve um aumento de 10% por cento na bancada feminina, contando deputadas federais e senadoras. Somente três deputadas que alcançaram o quociente eleitoral foram as mais votadas no próprio estado: Christiane Yared (PTN-PR), com 200.144 votos; Clarissa Garotinho (PR-RJ), com 335.061 votos; e Shéridan (PSDB-RR), eleita com 35.555 votos. Quando se fala de 2018, também se observa o crescimento do número de mulheres que conseguiram se eleger. Em comparação ao pleito anterior, em 2014, houve um acréscimo de 26 candidatas em um aumento de 15% de cadeiras para as mulheres. Dentre os 15 Deputados Federais mais votados no país, houve

apenas duas mulheres, Tábata Amaral (PDT/SP) com 264.450 votos e a Policial Katia Sastre (PR/SP) eleita com 264.013 votos - ambas são as últimas da lista, 14º e 15º lugares, respectivamente.

Os dados recuperados do Tribunal Superior Eleitoral consideram como candidatas as eleitas por quociente partidário, eleitas por média e as suplentes. São as categorias empregues em toda a análise de dados deste trabalho que utilizam as informações do Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Contudo, em que pese os dados utilizados na composição dos gráficos terem sido extraídos do Tribunal Superior Eleitoral, consta nos quantitativos de situação das candidatas tanto na eleição de 2014 como na eleição de 2018 um montante definido como *nulo*, que segundo a página do Tribunal correspondem à: "Campos preenchidos com #NULO significam que a informação está em branco no banco de dados".

Ao apurar os dados, aquelas com tal classificação são as deputadas que tiveram as candidaturas dadas como inaptas, quer seja por ter sido indeferidas, quer seja por renúncia ou falecimento, além de, em 2014, um único caso relatado em que não houve conhecimento do pedido das informações. Contudo, o registro de 51 e 77 eleitas em 2014 e 2018, respectivamente, não é afetado, encontra-se confirmada nas publicações "*Radiografia do novo Congresso: legislatura 2015-2019"* e *"Radiografia do Novo Congresso: Legislatura (2019-2023)."* (DIAP, 2014, pp. 110) (DIAP, 2018, pp. 119).

Gráfico 1- Mulheres Candidatas a Deputada Federal (2014/2018)

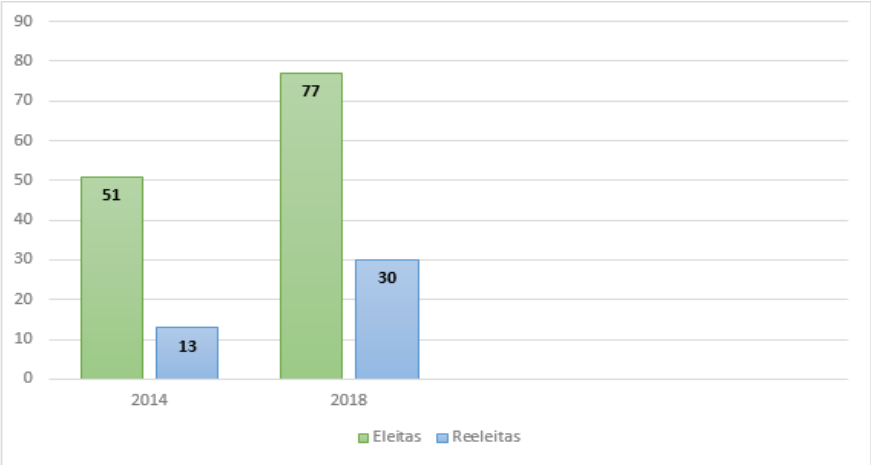


Fonte: Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Tabulação própria.

Quando se fala das candidatas que ultrapassaram as barreiras impeditivas para decidir se candidatar, se pode notar, que de 2014 para 2018, houve um crescimento no número total de mulheres que tomaram tal decisão, em 21,84%. Quando se fala em número total, considerando as informações do Repositório de Dados do TSE, considera-se tanto os casos indeferidos ou indeferidos, bem como suplentes e as próprias eleitas, como explicitado no Gráfico 1. Outro ponto a se observar é o número de eleitas cresceu entre os dois pleitos, segundo os dados do TSE, houve um aumento de 50,98% no número de mulheres proclamadas Deputadas Federais. No entanto, um ponto a se perceber, é que grande parte dos cargos são de suplentes, em um número de 1.259 em 2014 e 1.534 em 2018 (TSE, 2014, 2018), apesar de contabilizadas dentro do universo de candidaturas totais, contudo, como essas são consideradas como não-eleitas, já que são encaminhadas a lista de suplência e não são eleitas em si. (PESSANHA; BACKES; 2006).

O número daquelas que se elegeram atingindo o quociente partidário passou de 41 para 55 - o que mostra um avanço no número de votos nessas. Já as eleitas por média, também cresceram de 10 eleitas para 22 eleitas. Outro ponto a se observar é que nos dados sobre o ano de 2014, do total de candidaturas deferidas, tanto masculinas quanto femininas – 2.155 candidaturas - apenas 2,37% de mulheres conseguiram ser eleitas (TSE, 2014). Há um crescimento desse número em 2018, mesmo com 2,22% de eleitas, houve uma quantidade maior de candidaturas totais: 3.476 entre os dois gêneros. Aquelas que se apresentam como *nulo* no Gráfico 1, como citado anteriormente, são candidatas as quais estavam inaptas à candidatura. Tanto por pedido indeferido, renúncia, quanto falecimento ou não conhecimento do pedido para informações. (TSE, 2018).

Gráfico 2 - Reeleição de Candidatas a Deputada Federal (2014/2018)

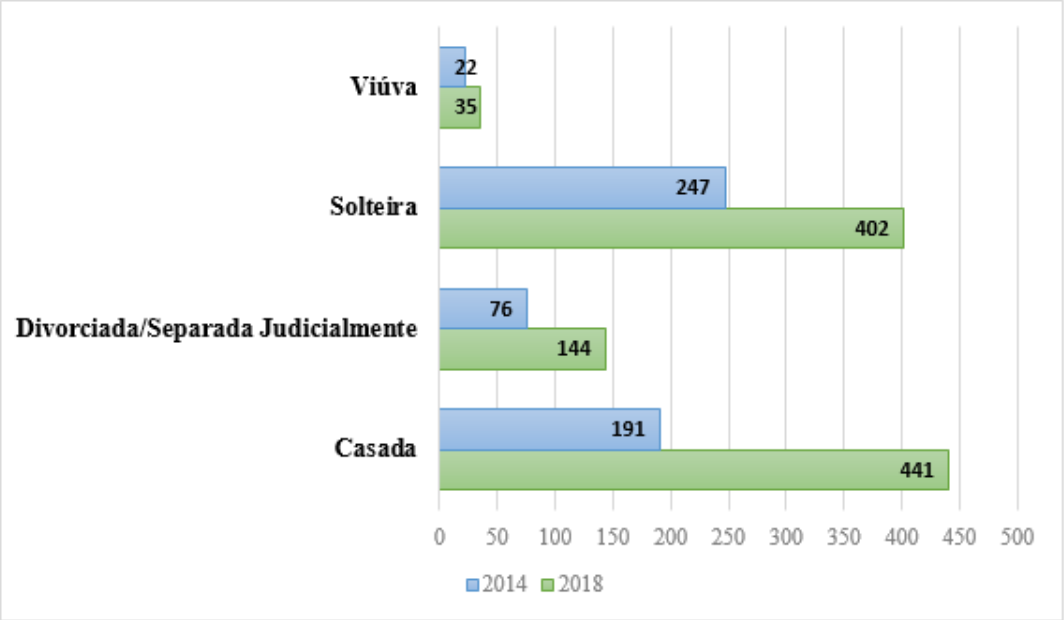


Fonte: Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Tabulação própria.

Ser reeleito é uma indicação de estabilidade dentro de determinado cargo e um dos objetivos da ambição política. Ao serem recrutados para uma possível reeleição, os deputados em geral, apresentam menor risco de competição dentro daquela posição, uma vez que se supõe que já têm uma base eleitoral concreta e já passaram pela confirmação das urnas. Quando decidem que é mais seguro continuar a prosseguir no mesmo cargo, com confiança na própria base eleitoral, ao invés de apostar em uma ambição progressiva naquele momento, se dispõem a uma reeleição. Segundo, Pereira e Rennó (2007), quanto maior o número de candidatos concorrendo, maior é a competição impressa naquele cargo, ou seja, mais difícil a reeleição acontecer. Assim como, quanto menor o número de candidatos para um mesmo cargo maior a perspectiva de reeleição. Ademais, também destacam que o contexto do ano eleitoral em que cada eleição acontece muda completamente as estratégias de cada partido e do próprio candidato.

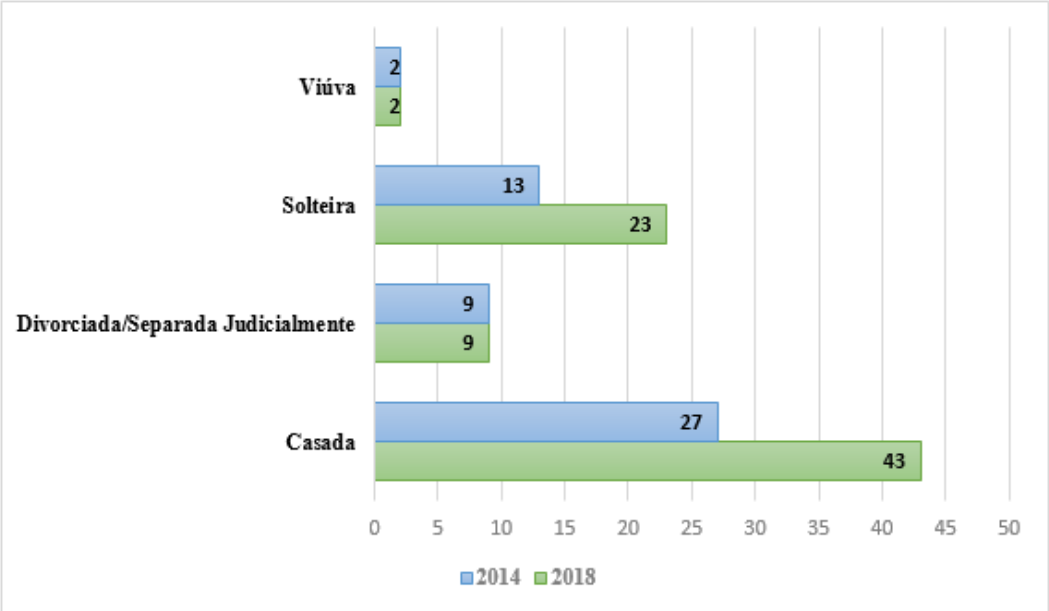
Dessa forma, se pode observar que a reeleição gera uma menor renovação das casas legislativas e acaba por continuar com a composição anterior - ou seja, para mulheres é um cenário mais desfavorável com uma menor possibilidade da entrada de novas deputadas no Parlamento. (ARAÚJO, 2005) (ARAÚJO; ALVES; 2007). Nas eleições de 2014, houve um crescimento das novatas, das 2.271 mulheres que se candidataram (ver Gráfico 1), somente 13 das candidatas que foram eleitas em 2010 e decidiram concorrer ao mesmo cargo conseguiram êxito na 54ª Legislatura. Em números, isso significa que 25,49% das mulheres que conseguiram ingressar no novo ciclo político foram por meio de reeleição (ARAÚJO; ALVES, 2007) (DIAP, 2010) (TSE, 2014). Não houve uma mudança muito grande em relação ao ano de 2018: mesmo que 30 deputadas tenham disso reeleitas, com um crescimento de mais de dez por cento no número de reeleitas, as quais correspondem a 38,96% das cadeiras adquiridas por mulheres, quando se fala dessas, ainda são menos suscetíveis a conseguirem o cargo de forma consecutiva.

Gráfico 3 - Estado Civil das Candidatas a Deputada Federal, sem #Nulo e Suplentes (2014-2018).



Fonte: Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Tabulação própria.

Gráfico 4 - Estado Civil das Eleitas a Deputada Federal, sem #Nulo e Suplentes



Fonte: Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Tabulação própria.

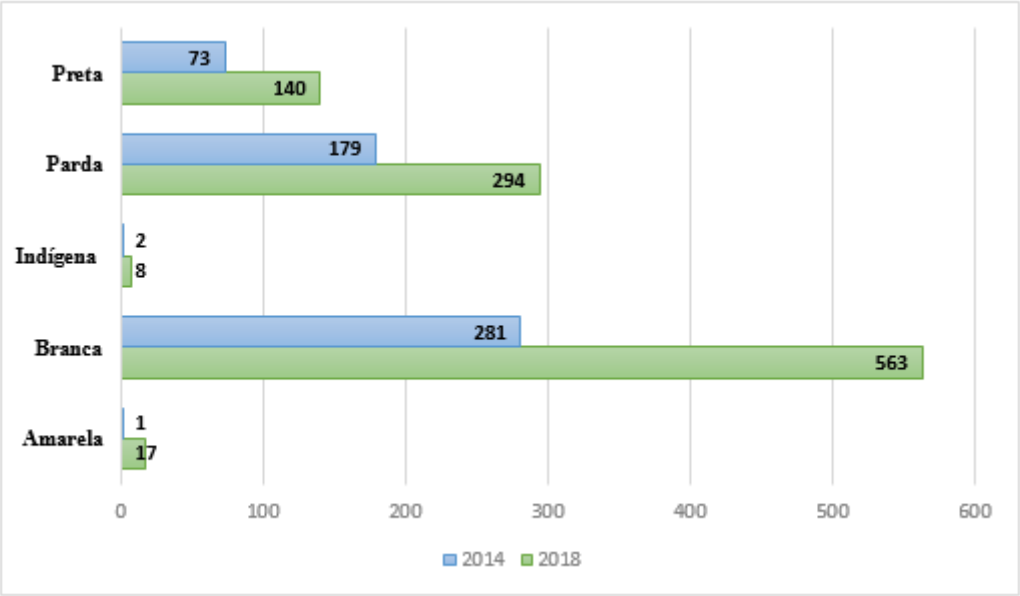
Além do que a literatura diz sobre o patriarcado - a grande presença da dominação masculina dentro de instituições, bem como a ligação forte das mulheres ao ideário de família e cuidado, também há a narrativa de que o casamento e filhos seriam impeditivos para a carreira dessas. Uma vez que o campo político é extremamente competitivo e demanda muito tempo

livre - o que retiraria as mulheres das responsabilidades domésticas (MIGUEL; BIROLI; 2010) (BIROLI; 2017). Mesmo que o casamento seja uma instituição que supostamente traz uma sensação de responsabilidade e comprometimento, não é dessa forma que acontece para aquelas que decidem se candidatar – o cuidado com a família, é muitas vezes um impeditivo para a vida pública. Para mulheres, há uma maior carga de trabalho, divididas em jornadas – duplas, triplas – ao decidirem adentrar o campo político, estarão submetendo-se à possibilidade de mais uma (FEITOSA, 2010). Somadas as candidatas solteiras e divorciadas em ambas as eleições, se pode perceber que o resultado nos dois casos são superiores do que as mulheres casadas – 60,82% em 2014 e 53,42% em 2018.

Contudo, cabe notar, que de 2014 para 2018, houve uma mudança: ainda que em pouca quantidade, as candidatas casadas estão em número maior em relação às solteiras - uma maneira de explicar tal mudança pode ser pela virada ideológica para uma linha mais conservadora que se aprofundou depois das eleições de 2014. Visto que a aproximação com a direita conservadora está firmemente ligada à responsabilização da esquerda sobre uma deterioração da moral do Brasil, principalmente o afastamento dos valores familiares (DIAP, 2018). Dessa forma, houve um crescimento de 30,89% de crescimento de candidatas casadas no pleito de 2018, em relação à eleição de 2014.

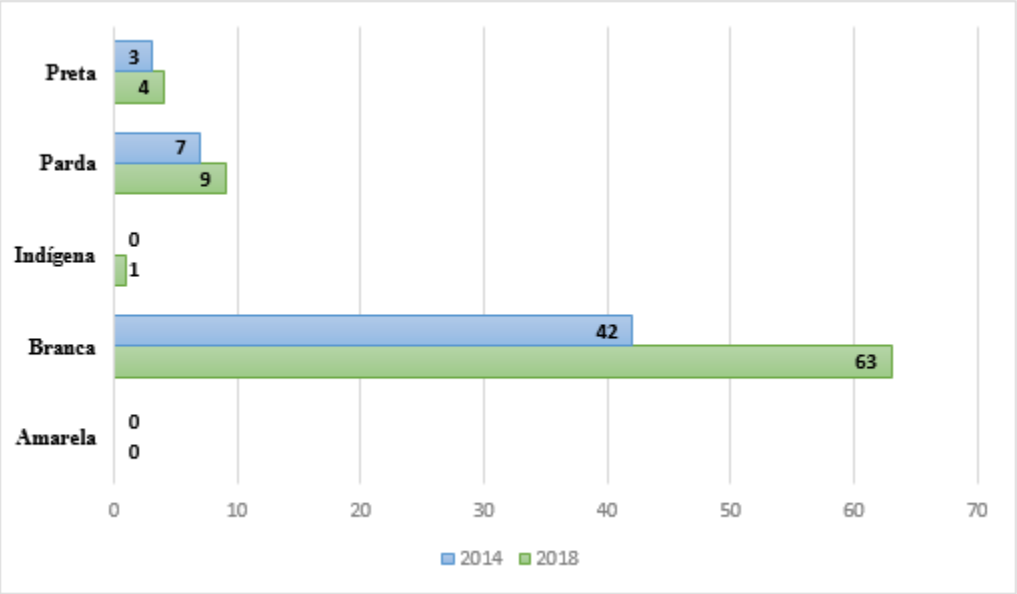
Todavia, ainda que o cuidado com a família seja um impeditivo para a iniciativa da candidatura, tanto em 2014, quanto em 2018, as mulheres casadas prosseguem em maior número – com um crescimento de 59,26%. A mudança ideológica entre os dois cenários, também pode ter influenciado no crescimento do índice de mulheres casadas, uma vez que a instituição do casamento é fundamentada em responsabilidade e imersa na moral cristã. Também, não se pode deixar de observar que tal crescimento é gerenciado por um capital social – de reconhecimento de posicionamentos sociais e ideológicos, bem como influenciado pelo capital familiar, o qual se mostra um meio importante de entrar e se manter no cenário político, bem como o capital social.

Gráfico 5 - Raça Declarada pelas Candidatas, sem #Nulo e Suplentes (2014/2018).



Fonte: Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Tabulação própria.

Gráfico 6 - Raça Declarada pelas Eleitas sem #Nulo e Suplentes (2014/2018).



Fonte: Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Tabulação própria.

A presença de pessoas não-brancas dentro da esfera política prossegue sendo muito baixa. Na realidade, durante a história do Brasil, se pode examinar que as instituições políticas são, de fato, predominantemente brancas. Mulheres amarelas e indígenas têm explícita sub-representação não só na ocupação de espaços e cargos públicos, mas no próprio momento de candidatura. Assim como as mulheres e até mais do que essas, os pretos têm um alto nível de

sub-representação - quando se fala de mulheres pretas é ainda mais baixo, observado até no fornecimento de dados. A inclusão da variável raça foi algo acrescentado nos dados do TSE somente em 2014. Como já colocado por Campos e Machado (2017), a presença de pretos e pardos dentro das listas de candidatura são mais baixas do que outros grupos da população - mesmo que a diferença não seja tão grande, contudo, não é a maior razão para a sub-representação.

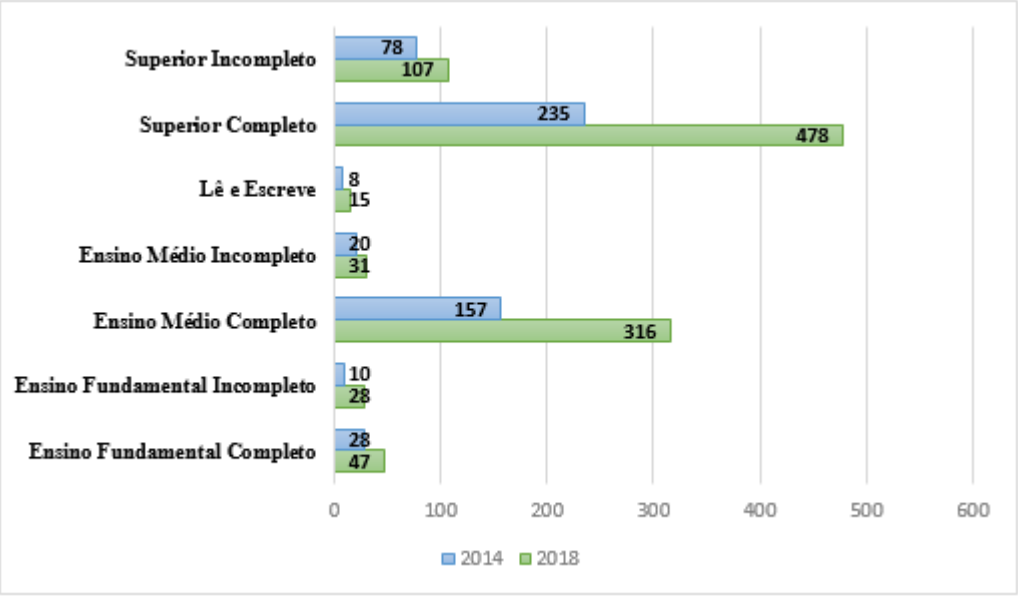
Além disso, pessoas não-brancas estão localizadas embaixo da pirâmide social, ou seja, enfrentam além da questão de raça, uma questão de classe. Aqueles que estão mais acima, têm maiores chances de vitória. Essa se dá ao observar os eleitos: na eleição de 2014, dentre os eleitos, 79,9% dos deputados federais eram brancos, 16% pardos e os pretos 4,1% (CAMPOS; MACHADO, 2017), já em 2018, segundo o IBGE, apenas 24,4% se declaram como pretos. Ademais, esses têm um financiamento de campanha menor, mesmo que a população preta seja mais de 50% da população.

Quando se fala das mulheres não-brancas, de um modo geral, o índice é ainda menor. Mesmo que as mulheres estejam crescendo em número dentro do parlamento e tentando superar as barreiras de eleição, se afundem nos jogos de força e poder dentro do campo político - enfrentem a política institucional, cultura e desigualdades profundas, sendo estas materiais ou simbólicas (MATOS, 2011). Outrossim, se tratando dessas mulheres, além de todos os mecanismos de exclusão perceptíveis nas campanhas, ainda enfrentam o racismo.

Em 2014, considerando os dados do TSE, daquelas que concorreram ao cargo de Deputada Federal, somente 2 mulheres se declararam como indígenas, 1 amarela, 179 pardas e 73 pretas e no fim, dessas, somente 10 conseguiram se eleger. E mesmo que tenha tido um crescimento de candidatura de mulheres não-brancas nas eleições de 2018, com 140 mulheres pretas e 294 que se declararam pardas, 8 como indígenas e que Joenia Wapichana (REDE), uma mulher indígena, tenha sido eleita em Roraima, não foram em todas as esferas que existiu crescimento neste ano, das 17 mulheres amarelas que se candidataram, nenhuma foi eleita, assim como em 2014.

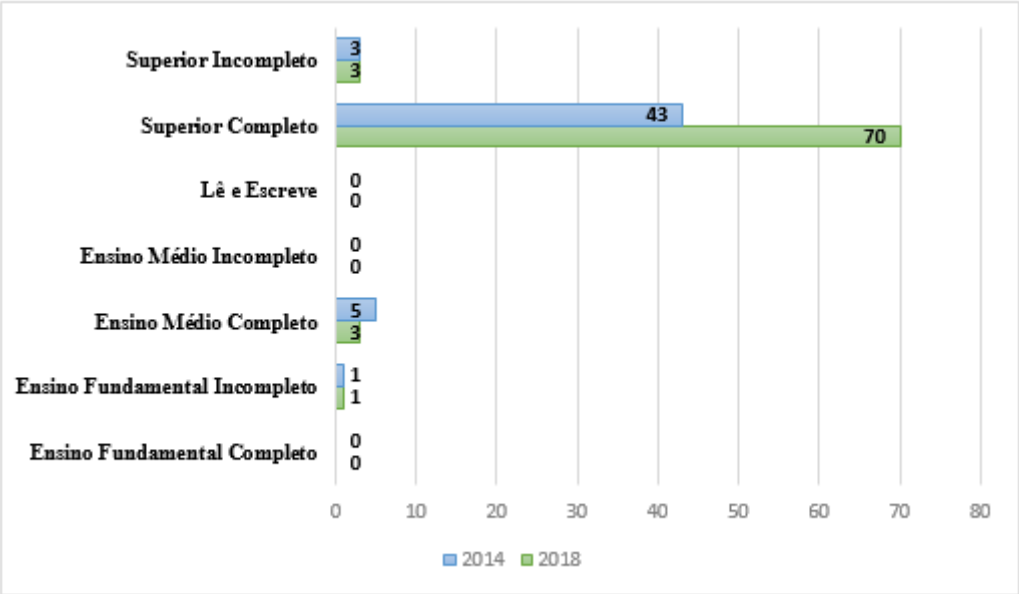
Treze foi o somatório de mulheres negras e pardas eleitas na 56ª legislatura - a despeito de pretos serem grande parte da população brasileira, 48,8 milhões, segundo o IBGE. Em outros termos: ainda que tenha crescido o número de mulheres não-brancas que se candidataram, o número ainda é irrisório, considerando que não estão no pico da pirâmide social, necessitam de mais investimento para ter mais visibilidade e espaço dentro das campanhas e, claramente, à população - enquanto não existir esse tipo de investida, por mais que os números aumentem, vão continuar sempre aquém de qualquer equiparação.

Gráfico 7 - Grau de Escolaridade das Candidatas a Deputada Federal, sem #Nulo e Suplentes. (2014-2018).



Fonte: Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Tabulação própria.

Gráfico 8 - Grau de Escolaridade das Eleitas a Deputada Federal, sem #Nulo e Suplentes. (2014-2018).



Fonte: Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Tabulação própria.

Phillips (1995), ao abordar a política de presença, afirma se que os níveis de participação estão ligados de forma direta com diferenças de classe, gênero ou até mesmo etnicidade, tal questão deve ser uma preocupação fundamental quanto às desigualdades políticas. O fato de que a maior parte daqueles que se candidatam tenham Ensino Superior

Completo, associa-se diretamente tanto com a renda quanto com a ocupação desses. Quanto maior a escolaridade, maior a possibilidade dos candidatos desfrutarem de uma condição financeira de maior estabilidade e maiores privilégios - ou seja, se liga totalmente a uma questão de classe. Segundo Sacchet (2011), a inclusão ou exclusão de mulheres dentro da política é um meio eficaz para avaliar graus de desigualdades entre diferentes grupos sociais. É evidente que fontes de financiamento e disponibilidade de tempo são essenciais para participar politicamente, o que leva aqueles que têm maior escolaridade a se disporem a ultrapassar as barreiras de candidatura, logo tendo mais candidatos.

Em 2014, segundo o DIAP (2014, 2018), a maior parte da Câmara foi composta por homens com experiência política ou administrativa anterior e renda não assalariada - ou seja, profissionais liberais -, o que não muda quando se trata das eleições de 2018, a maior parte da Câmara também foi composta majoritariamente por profissionais liberais e aqueles com experiência política anterior, que ultrapassa os 85%.

Dessa forma, o gráfico apresenta que entre aquelas que se candidataram, tanto em 2014 quanto em 2018, a maior parte tinha Ensino Superior Completo, e, inclusive, houve um crescimento de mais de 100% no número desse tipo de candidatura. Nesse sentido, são seguidas pelas candidaturas de Ensino Médio Completo, que são nos dois pleitos, maiores do que aqueles com Ensino Superior Incompleto. Cabe notar que aquelas com Ensino Fundamental, bem como Ensino Médio Incompletos são muito poucas, menor ainda quando se pensa naqueles que somente leem e escrevem - ou seja, quanto menor o nível de educação formal, mais difícil essas mulheres se candidatarem. E mais que isso, aprofunda a sub-representação das eleitas – em ambas as eleições, não houveram eleitas que somente liam e escreviam, o número de eleitas continua muito maior dentre aquelas com Ensino Superior Completo. O que entra em acordo com o explicitado por Fox e Lawless(2011): as qualificações autopercebidas - se mesmo com alto grau de instrução mulheres já duvidam da própria capacidade e para tentar se estabilizar em locais predominantemente masculinos, compensam com níveis cada vez maiores de instrução. Fato que dificulta o acesso à cargos políticos àquelas com menor educação formal – em um país com mais de 45% de mulheres sem instrução e com Ensino Fundamental Incompleto (IBGE, 2010).

O que recai novamente sobre as ocupações dessas mulheres. De acordo com os dados dispostos na Tabela 2, segundo o TSE, a maior parte dessas, tanto em 2014 quanto em 2018, já eram deputadas, vereadoras ou senadoras anteriormente, ou seja, tinham uma vida prévia na política, uma experiência que lhes dá mais reconhecimento, ou seja, mais capital político. As

demais, são profissionais liberais como advogadas, médicas - com um destaque para advogadas, as quais cresceram de 3 para 10.

Tabela 2 - Tabela 2 - Comparativo da ocupação profissional das Deputadas Federais eleitas.

Profissão das eleitas	2014	2018
Administrador	1	3
Advogado	3	10
AGENTE ADMINISTRATIVO		1
ASSISTENTE SOCIAL	1	1
BIÓLOGO	1	
CIENTISTA POLÍTICO		1
CONTADOR		1
DEPUTADO	22	28
DONA DE CASA	1	
EMPRESÁRIO	5	3
ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO E ASSEMELHADOS		1
ENFERMEIRO	1	
ENGENHEIRO	1	
FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL	1	
GERENTE		1
JORNALISTA E REDATOR		3
MAGISTRADO		1
MÉDICO	4	3
MÚSICO		1
OUTROS	1	1
PEDAGOGO	1	
POLICIAL MILITAR		2
PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL		3
PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO	2	
PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR	1	3
PSICÓLOGO	2	
SENADOR		2
SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL		4
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	1	
VEREADOR	2	4

Fonte: Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Tabulação própria.

O crescimento do número de mulheres eleitas já foi propriamente apresentado neste trabalho. Agora, pensando em todo o contexto em que as eleições de 2014 e 2018 passaram, com uma intensa mudança de via ideológica, em uma eleição que o DIAP (2018) até chamou de passional e contrária à política tradicional. Não se pode deixar de mencionar como as redes sociais foram importantes para as duas eleições, nas duas ocasiões, a articulação online foi uma das peças principais no jogo político. No entanto, a mídia tradicional foi tão importante quanto nas narrativas criadas (MIGUEL, 2019) para ambos os pleitos.

Em 2014, as manifestações em redes sociais, culminaram em grandes atos de xenofobia aos nordestinos, a cada vitória do Partido dos Trabalhadores, uma vez que associavam a vitória de Rousseff à estados nordestinos - foi um dos meios que a oposição

utilizou para desacreditar a vitória da presidenta. A análise do DIAP (2014) explica que não houve, em si, uma divisão do país como foi apresentada em toda mídia tradicional: Dilma teve desempenho médio maior que Aécio Neves até nas regiões em que esse ganhou. O Congresso de 2014 era mais liberal do que o de 2010. Com uma transmissão de candidatos de esquerda, centro e centro-esquerda para candidatos com perfil mais liberais, mais afastados do ideário de intervenção do Estado (DIAP, 2014). Logo em 2014 já se pode notar a diferença do Congresso, uma vez que setores conservadores cresceram mais, tirando espaço daqueles com pautas mais voltada ao social - por exemplo, reduziu-se a bancada sindical e a empresarial aumentou, o que resultou maior resistência à políticas afirmativas, como cotas e o próprio Bolsa Família. Narrativa que continuou em 2018, colocando as políticas afirmativas como onerosas e desnecessárias. O meio ambiente também foi afetado com uma maior bancada de defesa do agronegócio em relação a impactos ambientais, também agravado em 2018.

Na eleição para a 56ª legislatura, houve uma diferença: o tom da eleição era bem mais terrificante. O que culminou no resultado de uma casa legislativa realmente mais conservadora. Ainda que exista uma maior diversidade dentro do Congresso, com mais mulheres, pretos, jovens e até mesmo a eleição de uma deputada indígena, não foi possível afastar o caráter conservadorista. Pela pesquisa do DIAP (2018), o Congresso da 56º é o mais conservador desde os anos 80, liberal economicamente, com uma gestão fiscalista, baseado na moral cristã e contra práticas que a ferem, resgatando o discurso de preservação da moral e da família - com muita influência de evangélicos - e ideologicamente à direita e completamente atrasado em relação ao meio ambiente. Se pode notar que a maior estratégia de campanha foi a desmoralização total do governo anterior - o qual sofreu um golpe - e associá-lo à corrupção total, reforçar a ideia da crise fiscal e da necessidade da aplicação da Emenda de Teto de Gastos - a Emenda Constitucional nº 95 - sem expor como essa emenda afeta direitos e serviços prestados. Olhando para 2021, se pode perceber claramente o total colapso de várias áreas acometidas pela Emenda, como a saúde e a educação superior pública.

Não obstante, o uso das redes sociais nas eleições de 2018 abriu ainda mais espaço para a elaboração e reprodução de *fake news* durante as campanhas, distribuindo-as em massa, principalmente o Whatsapp e Facebook, que muitas das operadoras de telefonia incluem em pacotes “de graça”, sem consumir os dados de internet mensais, ou seja, ainda mais fácil de espalhar em diversos grupos, sem muito custo. Até que a notícia pudesse ser verificada, já tinha sido compartilhada e reproduzida milhares de vezes, entrando no imaginário popular. Tal estratégia foi herdada da candidatura de Donald Trump, nos Estados Unidos, em 2016. Dessa

maneira, houve sim uma diversificação e uma renovação no Congresso, mas para a direita conservadora.

Tabela 3 - Candidatas Eleitas por Partido (2014/2018).

Partidos das Deputadas Federais eleitas	2014	2018
Avante	0	2
Democratas (DEM)	1	3
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	4	4
Partido da Mobilização Nacional (PMN)	1	0
Partido da República (PR)	4	6
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	5	8
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	1	3
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	7	4
Partido dos Trabalhadores (PT)	9	10
Partido Novo (NOVO)	0	1
Partido Popular Socialista (CIDANIA)	2	2
Partido Progressista (PP)	2	0
Partido Republicano Brasileiro (REPUBLICANOS)	2	3
Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	0	1
Partido Republicano Progressista (Fundiu com Patriota em 2018)	0	1
Partido Social Cristão (PSC)	2	
Partido Social Democrático (PDS)	0	1
Partido Social Liberal (PSL)	0	9
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	5	3
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	0	5
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	2	1
Partido Trabalhista Cristão (PTC)	1	1
Partido Trabalhista Nacional (PODEMOS)	2	1
Partido Verde (PV)	1	1
Progressistas (PP)	0	5
Rede Sustentabilidade (REDE)	0	1
Solidariedade (SOLIDARIEDADE)	0	1
TOTAL	51	77

Fonte: Repositório de Dados do Tribunal Superior Eleitoral. Tabulação própria.

Nesse sentido, observando as mulheres eleitas em ambos os pleitos, é notável uma mudança no espectro ideológico. Mesmo que na 56ª Legislatura ainda tenha um grande número de eleitas de centro, o que é uma constante no Brasil, houve notável crescimento de eleitas pertencentes à partidos do espectro de direita. Se consegue observar que até partidos que não tinham nenhuma candidata eleita em 2014, conseguiram emplacar vitórias, como o NOVO, que conseguiu eleger uma candidata, assim como o PRP (que foi anexado ao Patriota em 2018). O Democratas (DEM) conseguiu aumentar o número de eleitas de 01 para 03 e o Partido da República (PR) de 04 para 06. O Partido Trabalhista Cristão (PTC) conseguiu manter o resultado de 2014. Contudo, cabe uma atenção especial ao Partido Social Liberal (PSL), que

passou do status de nenhuma candidata eleita em 2014 para 09, assim como o Progressistas (PP) que foi de zero candidatas à 05. Não obstante, é importante observar com atenção ao grande número de eleitas do PSL, uma vez que Bolsonaro foi eleito por este partido - ainda que tenha o deixado em 2019.

O Partido dos Trabalhadores (PT), em 2018, conseguiu mais uma cadeira para deputada federal, de 09 para 10, em um crescimento muito raso. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) conseguiu manter as 04 cadeiras e, de forma surpreendente, após uma boa campanha - ajudada pelo assíduo uso de redes sociais - o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) conseguiu 05 cadeiras para eleitas, sendo que em 2014, o partido não tinha nenhuma representação feminina a nível federal. Partidos de centro esquerda, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT) conseguiu eleger mais duas candidatas, enquanto o PSB perdeu duas cadeiras, indo de 05 para 03. Dentre os partidos de centro, houve uma diminuição expressiva de candidatas eleitas pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - de 07 conseguiram apenas 04 cadeiras, por outro lado o Avante conseguiu duas eleitas, quando não as tinham em 2014. O Centrão foi o que mais conseguiu cadeiras, uma vez que são mais partidos - assim como são partidos de ocasião, quando o jogo político se faz presente, se movem de acordo com o necessário. São, inclusive, partidos que tanto a oposição quanto a base do governo tendem a dialogar, para conseguir apoio na casa.

Dessa forma, destaca-se a mudança de movimentação das cadeiras da Câmara e a continuidade da maior parte das eleitas no Centro, assim como o crescimento de candidatas de direita - endossando a narrativa ideológica construída nas eleições de 2018 em uma demonstração de vitória da direita e, principalmente, do conservadorismo. Todavia, não se pode deixar de lado o crescimento de partidos como o PSOL, o ressurgimento do PSDB - depois de um apoio nada discreto à Bolsonaro nas eleições, assim como em pautas na Câmara posterior ao pleito. Também se pode verificar a proximidade do atual presidente, Bolsonaro, com o Podemos, que segundo pesquisa do Congresso em Foco, apoiou em 2019, 92,2% dos projetos do presidente, o Patriota com 90,8% e o próprio PSL com 85,4% de apoio.

CONCLUSÕES

Fundamentado à análise dos dados apresentados, se pode observar a confirmação de uma das hipóteses levantadas neste trabalho - sim, houve uma mudança no aspecto ideológico das eleitas, acompanhando o cenário político. De 2014 para 2018, a mudança das cadeiras dentro da Câmara dos Deputados reproduziu a narrativa da atmosfera política dos dois momentos. Da mesma forma, houve um crescimento no número de candidaturas e no número de eleitas de 2014 para 2018. Contudo, quanto ao perfil dessas candidatas, não houve uma diferença expressiva. Continuam a se candidatar, em maioria, brancas, com ensino superior completo, profissionais liberais ou já com carreira política anterior - caso que se estende às mesmo às novatas à disputa para a casa legislativa. Observa-se um crescimento no número de mulheres casadas, tanto dentro da candidatura quanto entre as eleitas. Assim como prosseguem as barreiras para a continuidade sucessiva em mesmo cargo - com menos 50% de reeleições nos dois pleitos. Todavia, não se pode deixar de lado que houve um crescimento na inserção de Deputadas Federais em ambas as eleições, de 10% e 15%, respectivamente. Ademais, em 2018, aumentaram as candidaturas de mais mulheres não-brancas, com a vitória de uma deputada indígena, Joenia Wapichana (REDE).

Da mesma maneira, as discussões levantadas pelos autores se mostram fortemente presentes nos resultados. O próprio conceito de patriarcado, apresentado por Pateman (MIGUEL, BIROLI, 2015) é uma grande barreira para a construção da ambição política feminina. Segundo Fox e Lawless (2012), o gênero é, sim, um fator para a primeira resolução de se candidatar. No entanto, os incentivos são muito aquém do substancial para ingressar em um espaço tão dominado por uma estrutura criada e preenchida por homens. E além disso, a necessidade de ultrapassar todas as outras barreiras institucionais que se pretendem neutras, mas que na realidade escondem um profundo problema de inclusão - que só recentemente foi entendido como problema, como apresentam Miguel e Biroli (2010). Dessa forma, a construção da ambição política é prejudicada - outrossim, aqueles e aquelas com possibilidade de se candidatar, obviamente, pensam nas condições estruturais e políticas favoráveis - como observar se haverá oportunidades abertas, e para mulheres as janelas de oportunidades são muito menores.

Ao abordar o campo político, Bourdieu (2011) demonstra como este é fechado em seu próprio círculo, com muita dificuldade de inserção daqueles sem nenhuma rede de contato. À

vista disso, alguns indivíduos tornam-se agentes políticos com mais facilidade que outros, e por sua vez, têm mais agência política - acabando por desenvolver ainda mais o próprio capital político. (MIGUEL, 2003). Isso pode ser percebido no modo que as mulheres continuam tendo números de participação tão baixos no Brasil.

Em um país como o Brasil, em que mais da metade da população é composta por mulheres, o número de 71 deputadas federais em 513, como foi nas eleições de 2018, é muito baixo. Ademais, é mais acessível àquelas que já estão inseridas no campo ou aquelas que já têm contatos familiares dentro desse - capital familiar -, uma vez que já contam com experiência prévia, uma rede de apoio e negociações a construção do próprio lugar fica mais eficaz. Não há como alegar neutralidade, uma vez que deputados homens e mulheres no território brasileiro não partem do mesmo local - ainda mais com o fato que estas só puderam, definitivamente, ser votadas e votarem de forma irrestrita sem controle dos maridos em 1965 e, ainda assim, tiveram a democracia interrompida com a Ditadura Militar.

De forma geral, ao entrar no campo político, o que se ambiciona é uma progressão, um crescimento, quer seja uma reeleição, quer seja ascender a cargos superiores. Para as mulheres, este caminho é mais custoso. No Brasil, no entanto, tanto a progressão de carreira quanto conseguir permanecer consecutivamente no mesmo cargo para mulheres é difícil, como demonstrado no Gráfico 2. Ainda que a reeleição seja vista por alguns autores como uma forma de não renovação da casa legislativa, como exposto nas publicações do DIAP, de 2014 e 2018, o fato de que as mulheres, entre essas duas eleições, tiveram um crescimento de um pouco mais de 30% de reeleição, mostra, claramente, uma falta de continuidade da construção da própria base eleitoral e, além disso, falta de investimento.

Quanto menor o investimento, menor é a chance de um candidato ser eleito. É a partir desse que se constroem comitês, a comunicação com a base eleitoral, apresentar ideias e propostas. - é essencial para uma campanha com boa desenvoltura. E mesmo que uma solução tenha sido criada em 2018 pelo TSE - no mínimo 30% da aplicação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, e tempo de rádio e TV, ainda é pouco para a maior presença de mulheres dentro das casas legislativas (SACCHET, 2011). Se, mesmo com as cotas e esse tipo de medidas tomadas pelo TSE a presença de mulheres ainda é baixa, há a necessidade de ainda mais políticas públicas para a inserção dessas. Mulheres são constantemente colocadas como seres do ambiente privados, ligados à natureza, à maternidade e ao cuidado - com uma enorme responsabilidade para com a família e consigo mesmas (MIGUEL; BIROLI; 2015), ainda que já estejam dentro da política.

Sendo assim, conclui-se, a partir dos dados coletados, que houve, sim, um crescimento no número de mulheres dentro da Câmara. Assim como aumentou o número de mulheres que se candidataram, ultrapassando as primeiras barreiras da ambição política. Contudo, cabe reforçar, que as eleitas ainda são muito poucas, atualmente, com 15%, apesar da presença dessas mulheres ser importante, não é o suficiente. O número de eleitas tanto na Câmara quanto no Senado são quase irrisórias quando se pensa na dimensão da quantidade de mulheres que existem no Brasil. Continuam a dificuldade de entrada dentro do campo político, de reeleição, de avanço de candidatas não-brancas serem eleitas e principalmente de acesso - aqueles que podem ao menos cogitar ter ambição política, em sua maioria, são aqueles em posições sociais que não atendem as experiências necessárias para as demandas da maior parte da população. O que acaba por reforçar todo um sistema de elites que ocorre no Brasil desde a colonização portuguesa - quer seja por capital político, quer seja por conseguirem se manter com investimentos exteriores. Ainda que o teor ideológico do cenário político seja diferente, os mesmos problemas ainda persistem.

Também se pode observar que ter mulheres dentro de espaços de poder, não significa que essas irão se concentrar apenas em assuntos que cabem a pautas sobre mulheres - vide o aumento de candidatas de direita no parlamento da eleição de 2014 para a de 2018. No governo Dilma, ainda que fossem poucas, havia um equilíbrio quanto às propostas mais progressistas do governo. Após o golpe de 2016, houve uma virada da questão moral, fortalecendo e dando voz por todo o território brasileiro discursos discriminatórios, bem como as raízes da dominação masculina - culminando em um dos piores cenários políticos que o Brasil já teve.

Com a eleição de Bolsonaro, diminui-se a quantidade de mulheres nos ministérios e comandando espaços, um regresso de forças militares, assim como há uma contínua insistência em rechaçar qualquer pauta progressista que afete o que chama de “moral cristã”, ou defesa de grupos minoritários. Ademais, em com a pandemia do COVID-19, o discurso deixou de ser somente moral para anticientífico, negacionista e com condutas de baixa resolução do governo federal.

Que o número de mulheres eleitas venha crescendo, que a candidaturas dessas venha aumentando em cada eleição, é, sem dúvidas, muito positivo. A presença e participação feminina são muito importantes para a sensação de autorreconhecimento dentro dos espaços, mas não dá garantias de ação e influência em políticas. Em uma condição tão desigual entre deputados e deputadas, ainda há muito o que se fazer para chegar até a tão pedida neutralidade política. A limitação de acesso ao campo político a qualquer um que deseje entrar nele

continuará a ser um impeditivo para os que não se adequarem ao perfil que constantemente se repete. Sim, crescer em quantidade é importante, mas não é a única coisa que importa.

REFERÊNCIAS

"*Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas.*". CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564035-BANCADA-FEMININA-NA-CAMARA-SOBE-DE-51-PARA-77-DEPUTADAS.html>. Acessado em: 11/07/2019.

"*Estatísticas Eleitorais."* TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: < https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais> Acessado em: 26/09/2019; 07/05/2021.

"*Estatísticas de Gênero."* IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=2,-2,3,4,45,128&ind=4699> Acessado em: 17/06/2021.

"*Informações Eleitorais*.". CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/informacoes-eleitorais/informacoes-eleitorais> Acessado em: 26/09/2019; 07/05/2021.

"*Projetos de Lei e Outras Proposições*." CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/?wicket:interface=:3:23:::> Acessado em: 18/06/2019.

"*Repositório de Dados Eleitorais*". TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais> Acessado em: 26/09/2019; 07/05/2021.

"*Repositório de Dados Eleitorais*". TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/pesquisas-eleitorais/candidatos.html>. Acessado em: 26/09/2019; 07/05/2021.

"*Segurança do Processo Eleitoral*". JUSTIÇA ELEITORAL. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/spe/> Acessado em: 22/05/2021.

ANDRADE, Ludmila Borges de. (2019). "*Carreira política e capital familiar no Brasil: a presença da família na política, para os deputados e deputadas federais eleitos/as, entre 1986 e 2014.*". Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília.

ARAÚJO, Clara. (2005), "*Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política*." Em: "*Revista de Sociologia e Política, n. 24*", p. 193-215.

ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. (2007). "*Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas*". Em: "*Dados. Vol. 50, n. 3*", pp. 535-77.

BELLANDI, Caio. (2019). *"Menos de um quarto dos deputados federais eleitos são pretos ou pardos."* Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25998-menos-de-um-quarto-dos-deputados-federais-eleitos-sao-pretos-ou-pardos#:~:text=Al%C3%A9m%20da%20estat%C3%ADstica%20de%20eleitos,eleitos%3A%2041%2C8%25.> Acessado em: 20/05/2021.

BIROLI, Flávia. (2017). "*Teorias feministas da política, empiria e normatividade*." Em: "*Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 102*", p. 173-210.

BOURDIEU, Pierre. (2011 [1999]), "*O campo político*". Em: "*Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5.*" pp. 193-216.

BRASIL, Constituição do Império. (1881). "*Lei Saraiva*". Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva> Acessado em: 07/05/2021.

CAMPOS, Lígia F. (2019). "*Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas*.". Em: "*Revista Direito e Práxis. vol.10 nº.1*". Rio de Janeiro Jan./Mar. pp. 593-629.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. (2015), "*A cor dos eleitos*". Em: "*Revista Brasileira de Ciência Política, n. 16*", pp. 121-51.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. (2017). *"O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014*." Em: "*Revista de Sociologia e Política, v. 25, n. 61*", p. 125-142.

DIAP. (2014), "*Radiografia do novo Congresso: legislatura 2015-2019.*" Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/send/13-radiografia-do-novo-congresso/413-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2011-2015> Acessado em: 20/05/2021.

DIAP. (2018)."*Radiografia do Novo Congresso: Legislatura (2019-2023).*" Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/send/13-radiografia-do-novo-congresso/962-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2019-2023> Acessado em: 20/05/2021.

FEITOSA, Fernanda. (2010). "*A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatos e eleitos.*" Em: "*Mulheres nas eleições*", p. 139-166.

FONSECA-SILVA, MC. (2012) "*Memória, mulher e política: do governo das capitanias à presidência da república, rompendo barreiras.*" Em: "*Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas.*". Maringá: Eduem. pp. 183-208.

FOX, Richard L. e LAWLESS, Jennifer L. (2012), "*Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo*". Em: "*Revista Brasileira de Ciência Política, n.8*", pp.129-163.

LAWLESS, Jennifer L. (2012), "*Becoming a candidate: political ambition and the decision to run for office*", Capítulo 4. Em: *"Barack Obama and 18 million cracks in the glass ceiling: sex, race, and political ambition*". New York: Cambridge University Press. pp. 49-76.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. (2019) "*Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil."* Em: *"Revista de Sociologia e Política, v. 27, n. 70.*" pp. 1-22.

MATOS, Marlise; (2011). *"A subrepresentação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política*" Em: *"Mulheres, política e poder."* Goiânia: Cânone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás. pp. 11- 54.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. (2015). "*Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados.*" Em: "*Dados, v. 58, n. 3*" pp. 721-747, 2015.

MIGUEL, Luís Felipe. (2003). *"Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro*." Em: "*Revista de Sociologia e Política, n. 20*", p. 115-134.

MIGUEL, Luis Felipe. (2019) "*O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*." Fundação Rosa Luxemburgo.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (2011), "*Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia.*". Capítulo 3. Em: "*Mulheres, carreira e campo político*". São Paulo: Ed. Unesp, pp. 75-124.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (2010). "*Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas*". Em: "*Revista Estudos Feministas, v. 18, n. 3*", p. 653-679.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (2015). "*Feminismo e política: uma introdução."* São Paulo, Boitempo Editorial.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. (2009), "*O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados."* Em: "*Dados, v. 52, n. 1*", p. 201-221.

NORRIS, Pippa. "*Procesos de reclutamiento legislativo: una comparada.*". (1997), "*Mujeres en Política: análisis y práctica*.". Espanha: Ariel, 1997, pp. 150-181.

PATEMAN, Carole (2013), "*Críticas feministas à dicotomia público/privado".* Em: "*Teoria política feminista: textos centrais*." Vinhedo, Editora Horizonte, pp. 55-119.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. (2007). "*O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil.*" Em: "*Brazilian Journal of Political Economy,* v. 27, n. 4." p. 664-683.

PESSANHA, Charles; BACKES Ana Luiza. (2006). *"Suplentes de Deputados."*. Em: *"Reforma Política no Brasil."*. Editora UFMG.

PINHEIRO, Luana. (2007) "*Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*." Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

PHILLIPS, Anne. (1995). *"The politics of presence."* Oxford, Oxford University Press.

PRÁ, Jussara Reis. "*Reflexões sobre mulheres, gênero e política*.". (2011). *"Mulheres, política e poder."* Goiânia: Cânone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás. pp. 103-127.

SACCHET, Teresa. (2011). "*Partidos Políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre o recrutamento legislativo e financiamento de campanhas*.". Em: *"Mulheres, política e poder."* Goiânia: Cânone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás. pp. 162-188.

SAMUELS, David. (2000), "*Ambition and Competition: Explaining Turnover in the Brazilian Chamber of Deputies*" Legislative Studies Quarterly, 25(3), pp. 481-497.

DE JESUS SILVA, Shirlei Santos. (2015). "*Mídia e política: discursos racistas e a representatividade da mulher negra nas eleições de 2014*." 18º REDOR. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2105/773> Acessado em 19/05/2021.

SCHLESINGER, Joseph A. (1966), "*Ambition and politics: Political careers in the United States.*" Chicago: Rand McNally & Company.

SOUSA, Marconi Fernandes de. (2009), "*Representação racial na Câmara dos Deputados: Análise de discursos parlamentares da 49ª e 50ª Legislaturas (1991-1999).*" Dissertação em Ciência Política. Universidade de Brasília.